



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

**O PAPEL DO(A) PEDAGOGO(A) NA EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR:
REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NO/PARA O TRÂNSITO
DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DA PARAÍBA**

Maria Salete da Silva
Milânia Avelino Barbosa
Rosângela Gomes de Lima Soares

JOÃO PESSOA - PARAÍBA

2016

MARIA SALETE DA SILVA
MILÂNIA AVELINO BARBOSA
ROSÂNGELA GOMES DE LIMA SOARES

**O PAPEL DO(A) PEDAGOGO(A) NA EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR:
REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NO/PARA O TRÂNSITO
DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DA PARAÍBA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Centro de Educação (CE), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), *campus* I, como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e pré-requisito para a obtenção do título de Pedagoga.

Orientadora: Prof^a Dr^a Rita Cristiana Barbosa

JOÃO PESSOA - PARAÍBA

2016

MARIA SALETE DA SILVA
MILÂNIA AVELINO BARBOSA
ROSÂNGELA GOMES DE LIMA SOARES

**O PAPEL DO(A) PEDAGOGO(A) NA EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR:
REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NO/PARA O TRÂNSITO
DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DA PARAÍBA**

Esta monografia foi aprovada cumprindo as formalidades para obtenção do título de Pedagoga da Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

BANCA EXAMINADORA

Professora Dr^a Rita Cristiana Barbosa
DE/CCHSA/UFPB
(Orientadora)

Professora Me. Isolda Ayres Viana Ramos
DHP/CE/UFPB

Professora Me. Santuza Mônica de França P. da Fonseca
DHP/CE/UFPB

S586p Silva, Maria Salete da.

O papel do(a) pedagogo(a) na educação não escolar: reflexões sobre a educação no/para o trânsito do Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba / Maria Salete da Silva, Milânia Avelino Barbosa, Rosângela Gomes de Lima Soares. – João Pessoa: UFPB, 2016. 60f.

Orientadora: Rita Cristiana Barbosa
Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Pedagogia – formação. 2. Educação formal. 3. Educação não formal. 4. Educação no/para o trânsito. I. Barbosa, Milânia Avelino. II. Soares, Rosângela Gomes de Lima. III. Título.

Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor, assim não morre jamais...

Rubem Alves

AGRADECIMENTOS

Queremos agradecer primeiramente a Deus todo poderoso, que com sua infinita bondade, nos deu força, coragem, disposição, saúde, pois d'Ele emana toda fonte de bênção. Obrigada Senhor!

Aos nossos queridos pais, por seu amor incondicional, por confiarem, acreditarem e por estarem em todos os momentos ao nosso lado. Por sempre ter-nos incentivado todos esses anos que estivemos na universidade. A vocês, a nossa gratidão.

Agradecemos também aos nossos maridos - verdadeiros companheiros nessa caminhada, por toda a compreensão que tiveram quando muitas vezes passávamos noites acordadas estudando e que continuamente nos incentivaram a estudar e acreditando no nosso potencial, sonharam junto conosco. Obrigada por todo apoio.

A toda nossa família, que nos incentivou com palavras de coragem e perseverança, para concluir o nosso curso. A vocês, os nossos agradecimentos.

Aos amigos e amigas de turma que sempre nos ajudaram e estiveram conosco nessa jornada, por cada momento de alegria que tivemos na universidade, pelos trabalhos desenvolvidos, por entenderem nossas faltas, nos escutarem, dialogar sobre as questões de educação, foi muito gratificante estudar com vocês. Obrigada por fazerem parte da nossa história.

A nossa união, que foi fundamental nesse processo de conclusão de curso. Encontramos nessa equipe: apoio, confiança e superação. Pelo companheirismo no desenvolvimento deste TCC, nas “discussões” que travamos acerca da escolha da temática, onde foi de fundamental importância para realização deste trabalho.

A todo(a)s o(a)s mestre(a)s do curso de Pedagogia desta instituição, por todo ensino e aprendizado, em especial à Professora Santuza Mônica e a nossa querida professora Izolda Ayres.

A nossa orientadora Professora Dra. Rita Cristiana Barbosa, nossos agradecimentos por ter nos orientado de forma tão competente e atenciosa; por ter nos ajudado com sua experiência; pelas “brincas” que nos fizeram crescer; por todo incentivo, apoio e compreensão. Não há palavras para agradecê-la.

A nossa querida tradutora do resumo para a Língua Estrangeira, nosso agradecimento especial.

Agradecemos a todas as pessoas que fizeram parte dessa etapa decisiva de nossas vidas.

RESUMO

Este trabalho teve a intenção de analisar a atuação do(a) pedagogo(a) na educação não escolar e se debruçou para investigar o tema a partir das práticas de educação no/para o trânsito do Departamento de Divisão de Educação de Trânsito, do Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba – DETRAN/PB. A investigação explorou as seguintes questões: quais as dificuldades enfrentadas pelo(a) pedagogo(a) na atuação em um espaço não escolar? Quais as contribuições pedagógicas do trabalho realizado num espaço não escolar para educação no/para o trânsito? Qual a importância do curso de Licenciatura em Pedagogia na formação de profissionais para atuarem em espaços não escolares? No quadro teórico recorremos a vários autore(a)s, numa pesquisa bibliográfica sobre a trajetória histórica e conceitual de educação formal e não formal e da área da pedagogia, como, por exemplo, Paulo Ghiraldelli Júnior, Maria da Glória Gohn, Moacir Gadotti, Carlos Alberto Torres, entre outro(a)s. No plano metodológico, a opção foi pela abordagem qualitativa, sendo uma pesquisa de campo, descritiva e exploratória. Utilizamos a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados e o método de análise textual discursiva, cunhado por Roque Moraes e Maria do Carmo Galiazzi, para interpretar os dados. Foram sujeitos da pesquisa a coordenadora e a equipe multidisciplinar do DETRAN/PB. Os resultados apontaram que o(a) pedagogo(a) é um/uma profissional que pode atuar também em espaços não formais, onde o objetivo seja a formação humana e haja o envolvimento de processos educativos. No DETRAN/PB, a referida profissional apresenta características como facilidade de se expressar e comunicar, além de um grande senso de responsabilidade e liderança. Sua formação envolveu o desenvolvimento de habilidades como: enfrentar desafios cotidianos, trabalhar em grupos, fazer planejamentos e orientações e mediar práticas pedagógicas. Tais habilidades contribuem com o trabalho de emancipação humana, nas suas relações cotidianas e na construção social. Por fim, concluímos que a área da educação não formal é um campo que vem se consolidando e se fazendo necessário e urgente para a formação cidadã e que o curso de Pedagogia tem essencial importância na formação de pedagogo(a)s para atuarem nesses espaços.

Palavras-chave: Formação em Pedagogia. Educação formal e não formal. Educação no/para o trânsito. Divisão de Educação de Trânsito (DETRAN-PB).

ABSTRACT

This study intended to analyze the performance of the pedagogue in non-school education and leaned to investigate the subject from the educational practices in / for the transit of the Department of Education Division for the transit of Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba – DETRAN/PB. The research explored the following questions: What are the difficulties faced by the pedagogue in acting in a non-school environment? What are the pedagogical contributions of the work done in a non-school environment for education in / for transit? How important is the Bachelor's Degree in Education training professionals to work in non-school spaces? In the theoretical framework we use multiple authors in a bibliographic research on the historical and conceptual trajectory of formal and non-formal education and pedagogy area, for example, Paul Ghiraldelli Junior, Maria da Glória Gohn, Moacir Gadotti, Carlos Alberto Torres, among others. At the methodological level, the option was the qualitative approach, with field research, descriptive and exploratory. We use a semi-structured interview and observation as data collection instruments and the discursive textual analysis method, coined by Roque Moraes and Maria do Carmo Galiazzi to interpret the data. Research subjects were the coordinator and the multidisciplinary team of the DETRAN/PB . The results showed that the pedagogue is a professional who can also operate in non-formal spaces, where the objective is the human formation and there is the involvement of educational processes. In DETRAN/PB, the coordinator has characteristics such as ease to express themselves and communicate, as well as a great sense of responsibility and leadership. Their training involved the development of skills such as: face daily challenges, work in groups, make plans and guidelines and mediate pedagogical practices. These skills contribute to the work of human emancipation, in their daily relationships and social construction. Finally, we conclude that the area of non-formal education is a field that has been consolidating and making an urgent need for civic education and the Bachelor's Degree in Education has importance in training pedagogue to work in these spaces.

Keywords: Training in Education. formal and non-formal education. Education in / for transit. Division of Traffic Education (DETRAN-PB).

LISTA DE SIGLAS

BR – Brasil Rodovia (rodovias federais)
CETTRAN – Conselho Estadual de Trânsito
CFC – Centro de Formação de Condutores
CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito
CONTRANDIFE - Conselho de Trânsito do Distrito Federal
CNH – Carteira Nacional de Habilitação
CTB - Código de Trânsito Brasileiro;
DENATRAN- Departamento Nacional de Trânsito
DER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DETRAN/PB – Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba
DOE – Diário Oficial do Estado
DPVAT – Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres
FETRAN – Festival Nacional de Trânsito
IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
JARI – Junta Administrativa de Recursos de Infração
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONG – Organização Não Governamental
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PPP – Projeto Político-Pedagógico
SAMU – Serviço de Atendimento Médico de Urgência
SIPAT – Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho
SNT – Sistema Nacional de Trânsito

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
PARTE 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
CAPÍTULO 1: APONTAMENTOS ACERCA DA PEDAGOGIA.....	14
1.1 A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL.....	16
1.2 A FORMAÇÃO E A ATUAÇÃO DO(A) PEDAGOGO(A).....	19
CAPÍTULO 2: ACIDADE COMO LUGAR DE EDUCAÇÃO.....	23
2.1 EDUCAÇÃO NO/PARA O TRÂNSITO.....	25
2.2 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DA PARAÍBA - DETRAN/PB.....	28
PARTE 2: O PERCURSO METODOLÓGICO	
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA DA PESQUISA: CAMINHO E PROCEDIMENTOS.....	30
3.1 O CAMPO EMPÍRICO E O SUJEITO DA PESQUISA.....	31
3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	32
3.3 MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	34
PARTE 3: RESULTADOS E DISCUSSÃO	
CAPÍTULO 4: A PEDAGOGIA A SERVIÇO DO ESPAÇO EDUCATIVO NÃO ESCOLAR.....	36
4.1 A ATUAÇÃO DO(A) PEDAGOGO(A) NA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO DO DETRAN/PB.....	36
4.1.1 Dificuldades nos processos educativos no departamento de educação do DETRAN/PB.....	41
4.2 PLANEJAMENTO E AÇÃO: PROJETOS, CAMPANHAS E PROGRAMAS POR UM TRÂNSITO MELHOR.....	44
4.3 ESCOLA/CIDADE: EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL.....	49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	57
APÊNDICES	59

INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre a temática da atuação do(a) pedagogo(a) na educação não escolar e se debruçou em investigar o tema a partir das práticas de educação do trânsito do departamento de Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN/PB. Para tanto ele explora as seguintes questões: quais as dificuldades enfrentadas pelo(a) pedagogo(a) na atuação em um espaço não escolar? Quais as contribuições pedagógicas de um espaço não escolar para educação do trânsito? Qual a importância do curso de Licenciatura em Pedagogia na formação de profissionais para atuarem em espaços não escolares?

A problemática emergiu pelas experiências das pesquisadoras frente ao fato de o curso de graduação em Pedagogia, do *campus* I, da UFPB, habilitar o(a) profissional em nível superior para atuar nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, na Educação Infantil, na Educação Especial, na Educação de Jovens e Adultos e, ainda, na atuação de Orientação, Coordenação e Supervisão escolar, caracterizando-se o trabalho pedagógico da educação escolar. Deste modo, há uma ratificação destas competências na Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, ao instituir Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, no Art. 2º, em que amplia a atuação do(a) licenciado(a) em Pedagogia para o exercício da docência nos espaços já citados, além dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006).

Assim, a formação em Pedagogia prepara para atuar em projetos e instituições que fazem trabalhos educativos, ou em ações coletivas e culturais com jovens, menino(a)s de rua, idoso(a)s, mulheres, pessoas negras, indígenas etc.

Além desses campos, o(a) pedagogo(a) pode atuar em programas educacionais, setores de comunicações em geral, secretarias públicas, empresas (setores administrativos, de pessoal e de relações públicas), hospitais, editoras, instituições religiosas, Organizações Não Governamentais (ONGs), órgãos públicos ou privados, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), associações, igrejas, eventos, emissoras de transmissão (Rádio e TV), bibliotecas, entre outros. Entretanto, o curso de Pedagogia do *campus* I da UFPB está direcionado para a atuação em espaços formais.

Ao desenvolver este estudo, nosso principal objetivo foi analisar o trabalho desenvolvido pela pessoa, pedagoga, que atua no departamento de Divisão de Educação de Trânsito e nossos objetivos específicos foram: conhecer o trabalho pedagógico desenvolvido dentro da Divisão de Educação para o trânsito do DETRAN/PB e; verificar e analisar as potencialidades e fragilidades da atuação de uma pedagoga nesse espaço de educação não escolar.

Nosso ponto de partida foi investigar a legislação acerca da atuação do(a) pedagogo(a) e seus lugares, já que era uma inquietude nossa, enquanto, pedagogas em formação. Depois nos propomos conhecer um espaço não escolar de educação o qual é liderado por alguém com formação em Pedagogia.

O campo de pesquisa escolhido foi o departamento de Divisão de Educação de Trânsito, visto que é um lugar onde se desenvolve práticas de educação não formal, relativas à educação para o trânsito e nessa direção contribui e prepara os indivíduos para conhecer o mundo e ampliar seus conhecimentos.

Como guia teórico-metodológico, optou-se por estudar alguns conceitos como, por exemplo: educação formal, em que o processo educacional ocorre em sala de aula através dos temas apresentados no ensino por meio de planejamento intencional e sistematizado; educação não formal, que prepara o indivíduo para conhecer o mundo e ampliar seus conhecimentos, através da interação com o outro, da troca de informações com seus pares, ou seja, através das relações sociais realizadas com o outro em suas experiências. Ela pode também surgir nas relações familiares, nas igrejas, nas relações de amizade. Também foi objeto de estudo o contexto do curso de Pedagogia e suas diretrizes.

Também nos interessamos em conhecer como se desenvolvem as práticas pedagógicas na educação no e para o trânsito, visando uma postura proativa dos sujeitos para melhorar a qualidade de vida na mobilidade urbana e, por fim, perceber na prática, como a formação do(a) pedagogo(a) contribui para a formação integral dos seres humanos.

Como aporte teórico, utilizamos os seguintes autores: Torres (1992), Gohn (2006, 2008, 2009); Libâneo (1999, 2002); Gadotti (2005), Brasil (2006), Ghiraldelli Jr. (1995), entre outras contribuições teóricas.

A pesquisa se configura como qualitativa, do tipo descritiva e exploratória, da qual não se pode mensurar e tampouco quantificar, ou seja, traduzir em números os

dados coletados. Em toda pesquisa qualitativa há de ser considerada a realidade, o contexto e o sujeito, que são elementos indissociáveis (MINAYO, 2001).

A investigação contou com a observação participativa das pesquisadoras junto à equipe do departamento de Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN/PB, que formaram os sujeitos da pesquisa. O instrumento principal de coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada.

Usamos o método de análise textual discursiva a qual fundamenta-se em quatro importantes elementos, segundo Moraes e Galiazzi (2013): o corpus, a unitarização, a categorização e a comunicação.

Uma vez apresentado o nosso trajeto, destacamos que este trabalho, para uma melhor compreensão leitora, desvela-se em três importantes momentos.

Na primeira parte trazemos dois capítulos, a citar o primeiro intitulado: Apontamentos acerca da Pedagogia e as subseções: 1.1 - A questão da educação formal e não formal; e 1.2 - A formação e a atuação do(a) pedagogo(a). O segundo capítulo, intitulado: A cidade como lugar de educação e as subseções: 2.1 - Educação no/para o trânsito; e 2.2 - Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba - DETRAN/PB.

Na segunda parte do trabalho, trazemos o percurso metodológico com o capítulo 3 - Metodologia da pesquisa: caminho e procedimentos.

Na terceira parte do trabalho, trazemos os resultados e discussão com o capítulo 4 - A Pedagogia a serviço do espaço educativo não escolar e as subseções: 4.1 - A atuação do(a) pedagogo(a) na Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN/PB; 4.1.1 - Dificuldades nos processos educativos no departamento de Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN/PB; 4.2 - Planejamento e ação: projetos, campanhas e programas por um trânsito melhor; e 4.3 - Escola/cidade: educação formal e não formal.

Finalizando o texto, destacamos as “Considerações Finais”, que trazem nossas colocações acerca dos importantes elementos em que se assenta tal estudo, bem como a atuação do(a) pedagogo(a) no espaço não escolar e a contribuição do curso de Pedagogia na formação desse(a) profissional.

PARTE 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO 1: APONTAMENTOS ACERCA DA PEDAGOGIA

A construção teórica sobre a significação da Pedagogia, vem historicamente sendo concebida desde à Grécia antiga, onde seu início dava conotação à atividade específica de vigiar, tomar conta e conduzir a criança ao ensino da “*didascaleia*”¹, onde eram instruídas as primeiras letras, ou para o “*gymnásion*”, local para as atividades corporais. Nesse sentido, o conceito de Pedagogia, originalmente, significa o ato de condução da criança, uma atividade exercida pelos escravos *paidagogos*.

Assim, a atividade dos *paidagogos* (pedagogos) não era instruir, e sim, conduzir a criança até o local de ensino para que esta recebesse a instrução do preceptor. No entanto, quando ocorreu a dominação romana sobre os gregos, houve uma alteração. Os escravos (*paidagogos*) eram os próprios gregos e por serem, culturalmente, superiores aos dominadores, esses escravos, além de conduzirem as crianças ao local do conhecimento, assumiram, também, a função de preceptores, ou seja, de instrutores do ensino.

Por isso dizemos que a Grécia clássica pode ser considerada o berço da Pedagogia, porque foi naquele lugar que se teve início as primeiras reflexões acerca da ação pedagógica, reflexões que vão influenciar por séculos a educação e a cultura ocidental.

Corroborando com essa concepção, a

[...] Pedagogia está ligada ao ato de condução ao saber. E, de fato, a Pedagogia tem, até hoje, a preocupação com os meios, com as formas e maneira de levar o indivíduo ao conhecimento. Assim, a Pedagogia vincula-se aos problemas metodológicos relativos ao como ensinar, a o que ensinar e, também, ao quando ensinar e para quem ensinar (GHIRALDELLI, 1995, p.08-09).

¹ Do grego *didaskália* que significa instrução, ensinamento. O *didáscalo* era o responsável em ensinar a leitura e a escrita.

Ou seja, a Pedagogia envolve a condução ao conhecimento e todas as formas de ensino para a prática deste saber, logo, não podemos descartar esses vínculos da pedagogia com os métodos de ensino.

Segundo Ghiraldelli (1995), as mudanças ocorridas ao longo dos séculos, sobre o conceito da Pedagogia estimularam a produção deste saber fazer e o pensar, sempre sob a luz de uma literatura de contestação de educação em vigor.

A pedagogia pensada e exercida hoje, ainda possui uma influência do que se pensava nos séculos XVI, XVII e XVIII, sobre o conceito de infância que foi mudando a partir das concepções dos grandes filósofos, como Michel de Montaigne (1533- 1592) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Assim, como, mudaram as etapas pelas quais a criança passava até chegar à vida adulta e a importância da mudança de postura da família em deixar de caracterizar a criança como um ser estático e improdutivo, para começar a conduzir essa criança em uma escola, onde iria receber disciplina e instrução, preparando-a para se tornar um/uma adulto (a) responsável.

Este acontecimento deu-se a partir do final do século XIX e o início do século XX, com Émile Durkheim (1858-1917), conceituando a “ciência da educação”, como, também, a cultura e a continuidade histórica, para ele sendo um fato social.

No mesmo contexto de acontecimento, para entendermos o termo “pedagogia” precisamos fazer uma relação com os outros termos interligados. Para tal, o termo “educação” atribui a essa relação uma participação fundamental de referência ao “ato educativo”, nas situações temporais e espaciais na qual determina como ocorre a relação ensino-aprendizagem, guiado por elementos da prática social da educação formal e informal, um fenômeno que gera saberem interpessoais.

O termo “didática” designa um saber teórico muito importante, também, para essa contextualização da relação com o saber chamado de pedagógico. Pois, age como um instrumento de aplicação de todo o planejamento educacional e funcional, para ensinar, aprender e transformar, buscando um conhecimento preocupado com o homem e suas ações.

As questões pontuais sobre o fazer educação e de que forma estariam sendo feitas, para quem e para quê, eram discutidas na época, pelos filósofos que pensavam sobre e fizeram mudanças com suas revoluções teóricas e idealistas. Os conceitos de Pedagogia em sua contemporaneidade surgiam em discussões pertinentes relacionadas

ao trabalho pedagógico como fruto da Filosofia, Psicologia, utopia educacional, Ética, ciência e como modernidade.

A pedagogia então passa a ser chamada de “Nova pedagogia” - um novo olhar para os acontecimentos gerados dessas relações da teoria e prática que já começava a surgir como novo aporte teórico, trazendo novo significado à palavra pedagogia que seria um conjunto de expressões educativas que leva o ser humano à transformação. A Pedagogia ainda é uma ciência que tem como objeto de estudo a teoria e a prática da educação, compreendida nos espaços escolares e não escolares. Trazendo um conhecimento específico para a formação tanto da criança, como do adulto e das relações dessa educação com a vida em sociedade.

Atualmente, a Pedagogia ainda está atrelada a preocupação com os meios, com as formas e, também, com a questão do como conduzir as crianças ao conhecimento. Nessa direção, a Pedagogia é: “o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação, isto é, do ato educativo, da prática educativa concreta que se realiza na sociedade como um dos ingredientes básicos da configuração da atividade humana” (LEITE, 2006, p.119).

1.1 A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL

A educação é um direito de todo(a)s cidadãos/cidadãs garantido pela Constituição Brasileira (1988, Art. 205), que diz: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Desta forma, a educação é ofertada por alguns tipos e formas diversas.

Há três grandes campos educativos: formal – em que o processo educacional ocorre em sala de aula através dos temas apresentados no ensino por meio de planejamento intencional e sistematizado; não formal – emoções fora da sala de aula, ou seja, em debates, exposições, seminários, palestras, cafés filosóficos e outros e informal – em rodas de amigos ou mesmo em encontro de intelectuais que se posicionam frente a determinadas temáticas espontaneamente.

Gadotti (2005, p. 1) diz que “a educação é um dos requisitos fundamentais para que os indivíduos tenham acesso ao conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade”. Destarte, ao ter acesso à educação, o sujeito tem a oportunidade de conhecer seus direitos e deveres, enquanto cidadão/cidadã e adquirir consciência política, cultural, econômica, entre outros. Deste modo,

A educação formal tem objetivos claros específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação (GADOTTI, 2005, p. 2).

Assim, a educação formal está relacionada ao ensino e aprendizagem de conteúdos de forma sistematizada, regularizados por lei, que têm a incumbência de formar o sujeito e conscientizar-se de seus direitos e deveres enquanto cidadão/cidadã, desenvolvendo competências, habilidades, criatividade, senso crítico, entre outros. Assim, para acontecer essa aprendizagem é necessário tempo, espaço, pessoas especializadas, disciplina, organização curricular, divisão por faixa etária, entre outros. Esse tipo de educação é mais rígido e busca, sempre, a efetividade da aprendizagem de forma progressiva. Deste modo, através de cada etapa concluída, obtêm-se certificados ou títulos que oferecem ao indivíduo o direito de avançar e alcançar outros níveis.

A educação está presente em todos os momentos da vida, de modo que ela pode ser encontrada em casa, na rua, na igreja ou nas escolas. O ato educacional acontece mesmo de forma involuntária. O indivíduo está sempre aprendendo e ensinando ou fazendo as duas coisas ao mesmo tempo, gerando o conhecimento através das várias formas de educação que estão presentes no cotidiano das pessoas. Não há uma única forma, nem um único modelo de educação, mesmo tendo as escolas como suporte principal para que a educação formal aconteça. Sendo desta forma, a educação para a vida, totalmente descentralizada do sistema escolar e da figura do(a) professor(a).

A sociedade está sempre em constante mudança e transformações. E estas questões exigem que cada vez mais a educação ultrapasse as paredes da escola como instituição de ensino que representa e torne-se um processo de desenvolvimento humano reflexivo e compartilhado, para que as necessidades intelectuais não se tornem

a única compreensão que represente os novos conhecimentos, mas que as modificações e transformações sejam de si próprio e do meio. Deste modo,

É preciso que a educação esteja em seu cotidiano, em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos, adaptada ao fim que se persegue; permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo e estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história (FREIRE, 1974, p. 42).

Já a educação não formal tem por finalidade preparar o indivíduo para conhecer o mundo e ampliar seus conhecimentos, através da interação com o outro, da troca de informações com seus pares. Ou seja, através das relações sociais realizadas com o outro. Assim, Gohn (2006) diz que “entendemos a educação não formal como aquela voltada para o ser humano como um todo, cidadão do mundo, homens e mulheres”. Ela não segue a formalidade do sistema escolar e prioriza o aspecto subjetivo dos grupos formados, intencionando desenvolver a construção da identidade coletiva; o desenvolvimento de consciência e organização de como trabalhar em grupo; a aprendizagem através do convívio com outras pessoas e a aceitação das diferenças: culturais, econômicas, religiosas; formando o indivíduo para a vida e as adversidades oriundas desta; desenvolve a autoestima, entre outros. A educação não formal:

Capacita os indivíduos a se tornarem cidadão do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar surge como resultado do processo voltado para os interesses que dele participa (GOHN, 2006, p. 29).

Portanto, o conceito de educação não formal é entendido como toda atividade educativa organizada que não corresponde exatamente à definição de educação formal. Entende-se que a educação não formal pode ter seu lugar tanto dentro como fora das instituições educativas estando acessível para pessoas de todas as idades (GOHN, 2006, 2009; TORRES, 1992).

Quanto ao educador, segundo Gohn (2006), “na educação formal sabemos que são os professores. Na não formal, o grande educador é o “outro”, aquele com quem interagimos ou nos integramos”. Ou seja, enquanto que a educação formal acontece nas

escolas, vinculada em salas, ambientes normatizados, com regras e padrões definidos, sistematizada e organizada em que o(a) professor(a) é o agente do processo de construção do saber, na educação não formal, aprende-se com o outro em reuniões que acontecem em organizações não governamentais, igrejas, sindicatos, movimentos sociais, entre outros, onde há a interação de pessoas em busca de conhecimento.

Ela tem uma intencionalidade, é sistematizada e organizada, mas é ofertada de forma eventual, havendo, também uma informalidade. E acontece de forma flexível, tanto em relação ao tempo quanto ao espaço. Assim, ela acontece em ambientes e situações de interação construídas, coletivamente.

A escola, também é um lugar de socialização, respeito ao próximo e trocas de experiência. Nela surgem laços de amizades eternas ou não, aprendem-se as regras de convivência, e também, os direitos e deveres de cada sujeito na sociedade, além da responsabilidade de conseguir atender o currículo das disciplinas. Por isso a educação não formal, também, pode ocorrer dentro deste grande espaço educador.

Entretanto, a sociedade moderna apresenta demandas sócio educacionais que ultrapassam os limites formais e regulares da escola, que são incorporadas aos desafios da formação do(a) educador(a), já que são crescentes as intervenções e ações educativas em âmbitos, meios e organizações diferenciadas do sistema educacional. As perspectivas de educação permanente e educação ao longo da vida, também, ratificam a necessidade de discutir a educação além dos limites da escola.

Nesse sentido, se faz necessário que na formação inicial de futuros profissionais que atuarem nestes campos educacionais, as instituições formadoras os habilitem e os capacitem para atuação nestas dimensões.

1.2 A FORMAÇÃO E A ATUAÇÃO DO(A) PEDAGOGO(A)

A atuação do(a) pedagogo(a) em espaços escolares e não escolares está regulamentada pela Resolução do Conselho Nacional de Educação (2006), Art. 5º, Inciso IV, na qual diz que o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a “trabalhar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de

sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo”.

Deste modo, o (a) pedagogo (a) deverá contemplar consistente formação teórica, diversidade de conhecimentos e de práticas, que se articulam ao longo do curso, durante sua formação acadêmica inicial. Portanto, ele/ela está habilitado (a) para trabalhar em diversos âmbitos, intencionando a aprendizagem de crianças, adultos e jovens, de forma a contribuir com o desenvolvimento e aquisição de conhecimento, deste(a)s de forma lúdica, informal e flexível, mas, também, de forma sistematizada e organizada.

O(A) pedagogo(a) pode atuar no ensino, na organização e gestão de sistemas, tendo como área de atuação a docência na Educação Infantil, os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a Educação de Jovens e Adultos e demais áreas emergentes do campo educacional. O perfil do(a) pedagogo(a) ainda é o de docência que é a base do curso de Pedagogia. No entanto, frente às constantes alterações e inovações, houve a necessidade de um redimensionamento, no sentido de assistir às novas tendências educacionais. Assim, este/esta profissional poderá atuar em diferentes espaços escolares ou não escolares, pois é habilitado(a) para mediar esse processo de ensino-aprendizagem e tem facilidade de comunicar-se, trabalhar em grupos, elaborar estratégias de ensino e planejar de forma sistematizada o conhecimento.

Os trabalhos do(a) pedagogo(a) se definiram em vários campos de atuação, como já expomos.

O curso de Pedagogia tem preparado este profissional em nível superior para atuar nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Educação Infantil, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e ainda pode atuar na direção, coordenação e supervisão escolar, caracterizando-se o trabalho pedagógico da educação escolar.

Igualmente, o curso prepara este profissional para atuar em projetos e instituições que fazem trabalhos educativos, ou em ações coletivas e culturais com jovens, meninos de rua, idosos, mulheres, pessoas negras, indígenas etc. Além desses campos, o pedagogo pode também atuar em programas educacionais, setores de comunicações em geral, secretarias públicas, empresas (setores administrativos, de pessoal e de relações públicas), hospitais, editoras, instituições religiosas, Organizações Não Governamentais, órgãos públicos ou privados, OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), associações, igrejas, eventos, emissoras de transmissão (rádio e TV), bibliotecas, entre outros.

O(A) pedagogo(a) é também em sua formação um pesquisador. Os cursos de Pedagogia, como qualquer outro curso universitário, oferecem condições para o ingresso em nível de pós-graduação, contribuindo para a geração e construção de conhecimento na área educacional.

Em síntese, as dimensões da formação do(a) pedagogo(a) são a docência, a pesquisa e a produção do saber. A docência confere a identidade do(a) licenciado(a) no campo específico de intervenção e reflexão social. Para tanto, consideram-se: os diferentes âmbitos e especialidades da prática educacional; o processo de construção do conhecimento e do saber do sujeito inserido em seu contexto; a identificação de problemas e os processos de reflexão viáveis às questões da educação, assim como, respostas que visem superar a exclusão e a alienação social.

A pesquisa, como princípio filosófico e educacional, trata de questões que emergem da vivência e da reflexão, configurando-se como um exercício de organização e produção de saberes apreendidos e, permanentemente, reelaborados.

A pesquisa impõe análise e compreensão da realidade na qual ocorrem processos reflexivos e, conseqüentemente, a produção de saberes. As bases do saber para o desenvolvimento de uma atividade prática-reflexiva constituem os pilares básicos sobre os quais se assenta a formação do(a) educador(a) comprometido(a) com a educação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia trazem as exigências em relação à formação do(a) Pedagogo(a):

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária; II - compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social; III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria; IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo (BRASIL, 2006, p. 2).

Segundo Nascimento (2010), “não diferente é a necessidade da atuação do pedagogo no âmbito social, hospitalar, entre outros: a Pedagogia tem a prática educativa como objetivo de estudo e essa prática acontece em outros lugares, não somente na escola”. Ou seja, o(a) pedagogo(a) pode mediar o conhecimento, em vários espaços

escolares ou não escolares, intencionando o ensino-aprendizagem e o desenvolvimento dos indivíduos.

Por isso, este trabalho versa sobre a atuação deste(a) profissional em um espaço não escolar - o Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba (DETRAN-PB). Nossa investigação versa sobre o papel do(a) pedagogo(a) em um órgão não escolar frente a processos educativos relacionados à vida na cidade e à educação do trânsito.

CAPÍTULO 2: ACIDADE COMO LUGAR DE EDUCAÇÃO

Falar sobre a cidade como lugar de educação nos remete ao entendimento das possíveis relações pré-existentes, nesta. Estas relações podem ser de: amizade, familiar, comercial, afetiva, amorosa, entre outras.

A cidade é um lugar onde em seus diferentes espaços, tempos e indivíduos pode assumir uma intencionalidade educativa. A educação tem um lugar fundamental na construção de valores e atitudes dos indivíduos que vivem na cidade e que é através dela que se aprende no mundo da vida. Ela muda as pessoas, auxilia nos relacionamentos familiares e sociais e, ainda, dispõe de muitas possibilidades de se tornar uma cidade educadora, em si mesmo, e que se preocupa com a formação integral de todos os indivíduos nela existente. Neste sentido:

A cidade será educadora quando reconheça, exerça e desenvolva, para além das funções tradicionais (econômica, social, política e de prestação de serviços) uma função educadora, isto é, quando assuma uma intencionalidade e responsabilidade, cujo objetivo seja a formação, promoção e desenvolvimento de todos os seus habitantes, a começar pelas crianças e jovens (CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS, 1994, p. 1).

Muitos são os desafios de uma cidade para que ela seja considerada educadora. Percebe-se que ela está chegando ao seu limite (violência, drogas, desempregos, crimes, falta de amor e respeito ao próximo) e tudo isso tem exigido da cidade uma nova postura ativa para se tornar uma cidade educadora. Mas, para que isso ocorra ela precisa oferecer aos seus habitantes uma formação de valores éticos e morais, práticas de cidadania - o respeito, solidariedade, dignidade, direito à saúde, à habitação, à educação e, também, à participação ativa nos interesses das coisas públicas.

Mas, pode uma cidade ser educadora? A resposta é sim. Esta concepção de cidade educadora surgiu em Barcelona, no ano 1990, quando um grupo de cidades, representado pelos seus governantes, participaram no I Congresso Internacional de Cidade Educadora e elaboraram um documento que ficou conhecido como “Carta das Cidades Educadoras”. A finalidade era trabalhar projetos e atividades para uma melhor qualidade de vida dos habitantes das cidades. Deste congresso as cidades participantes

apontaram 20 princípios básicos que deveriam formar um perfil educativo na cidade educadora.

Segundo os princípios da cidade educadora, ela pode sim, ser uma cidade que educa. Mas para que isso ocorra, ela precisa oferecer a todo(a)s o seu potencial, deixando-se envolver por todos os indivíduos que nela moram e, portanto, os seus habitantes devem assumir a responsabilidade de planejar, organizar, unir e reunir todos os meios educativos nela existentes. Para isso, os(as) cidadãos/cidadãs precisam exercer sua cidadania. Mas, o que é cidadania? Assim,

Pode-se dizer que cidadania é essencialmente consciência de direitos e deveres e exercícios da democracia: direitos civis, como segurança e locomoção; direitos sociais, como trabalho, salário justo, saúde, educação, habitação, etc. Direitos políticos, como liberdade de expressão, de voto, de participação em partidos políticos e sindicatos, etc. Não há cidadania sem democracia (GADOTTI, 2005, p. 6).

O cidadão e a cidadã tornam-se como tal, exercendo a cidadania, fazendo valer seus direitos e deveres. As práticas educativas que permeiam a cidade que educa têm a intencionalidade de resolver os problemas que surgem, promovendo a cidadania, a igualdade, a justiça social, a democracia e liberdade para todas as pessoas. Por isso a:

[...] cidade dispõe de um extenso leque de iniciativas educadoras, de origem, intenções e responsabilidades diversas. Ela dispõe de instituições de educação formal e de meios de intervenção não formais com objetivos pedagógicos preestabelecidos, assim como propostas ou experiências que surgem de uma forma aleatória ou nascem de critérios comerciais (CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS, 1994, p. 1).

Neste sentido a cidade é um grande espaço educador. E seu objetivo permanente é o de aprender, trocar e partilhar, potencializando a formação dos indivíduos sobre os valores e a sua capacidade educativa não formal. Deste modo, visa, consequentemente, enriquecer a vida de seus habitantes, onde todos possam contribuir para que a cidade seja de fato uma cidade educadora. Mas para isso precisa:

[...] Primeiro “investir” na educação de cada pessoa, de maneira a que esta seja cada vez mais capaz de exprimir, afirmar e desenvolver o seu potencial humano, assim como a sua singularidade, a sua criatividade e a sua responsabilidade. Segundo, promover as condições de plena igualdade para que todos possam sentir-se respeitados e serem respeitadores, capazes de diálogo. Terceiro, conjugar todos os factores possíveis para que se possa construir, cidade a cidade, uma verdadeira sociedade do conhecimento sem exclusões, para a qual é preciso providenciar, entre outros, o acesso fácil de toda a população, as tecnologias da informação e das comunicações que permitam o seu desenvolvimento (CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS, 2004, p. 2).

Nesta perspectiva da cidade como lugar de educação e cidade que educa, nós pretendemos analisar, refletir e conhecer as práticas educativas que permeiam este grande espaço educativo e perceber como se dá o processo de atuação do(a) pedagogo(a), enquanto um/uma profissional habilitado(a) para trabalhar em espaços não escolares.

2.1 - EDUCAÇÃO NO/PARA O TRÂNSITO

A educação para o trânsito é uma questão muito importante visto que ocorrem inúmeros acidentes todos os dias. Trânsito é o maior espaço social existente. Pessoas de diferentes níveis sociais e culturais, diferentes idades e interesses, variadas classes econômicas e tipos de atuação, diferentes gêneros e raças/etnias, circulam cotidianamente neste espaço, que o torna um lugar que não faz distinção ou seleção de usuário(a)s. E realmente, o trânsito está inserido em nossas vidas.

Assim, o Artigo 1º da Lei 9.503 de 23 de setembro de 2007 em seu 2º parágrafo define que “o trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito”. Portanto, o(a) cidadão/cidadã tem o direito de transitar com segurança em vias públicas, cabendo aos órgãos competentes o dever de fiscalizar o cumprimento devido deste direito.

Destarte, são vários os órgãos e entidades que compõem o Sistema Nacional de Trânsito e estão definidos no Código de Trânsito Brasileiro, Art. 7º, Incisos I – VII, da Lei 9.503 de 23/09/1997:

- I - o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, coordenador do Sistema e órgão máximo normativo e consultivo;
- II - os Conselhos Estaduais de Trânsito - CETRAN e o Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE, órgãos normativos, consultivos e coordenadores;
- III - os órgãos e entidades executivos de trânsito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- IV - os órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- V - a Polícia Rodoviária Federal;
- VI - as Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal; e
- VII - as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI (BRASIL, 1997)

Com tantos órgãos e entidades criados e informações diversas sobre o trânsito, ainda não dedicamos a devida importância a esse assunto, a não ser quando decidimos adquirir a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou quando nos envolvemos em algum tipo de acidente.

Para adquirir o direito de conduzir veículos no trânsito com a CNH, em poucos meses nos cadastramos em uma Autoescola, passamos por todos os trâmites no Departamento Estadual de Trânsito, assistimos aulas teóricas e práticas, fazemos o teste e somos aprovado(a)s ou não. Deste modo, estamos habilitado(a)s ou não para dirigirmos. Mas, não são todas as pessoas que têm consciência da responsabilidade que está assumindo ao está em um volante. O nosso comportamento é fundamental para evitarmos acidentes e garantirmos a paz e a harmonia ao transitar, ou seja, é necessário ter tranquilidade, responsabilidade e empatia para seguirmos viagem e evitar discussões e acidentes no trânsito.

Segundo Pinheiro (2007), “a Educação para o Trânsito deve ser um instrumento de socialização do indivíduo e de construção de valores sociais”. Por isso, essa educação deve começar desde cedo, em casa com os pais, mães, responsáveis e no período escolar, iniciando na Educação Infantil de forma a ampliar a sua visão de mundo nas perspectivas teóricas e práticas, em seu contexto familiar e em sociedade.

É importante, também, a conscientização de que o fluxo de carros aumentou consideravelmente e se tomássemos algumas medidas, tais como: dar carona aos

parentes, amigo(a)s e vizinhos/vizinhas e evitássemos utilizar dois carros em uma mesma residência, diminuiria este problema e, conseqüentemente, reduziria os gases poluentes para o meio ambiente.

A maneira como alguns/algumas condutore(a)s veem a importância de possuir um carro, também é um fator preocupante. Alguns/Algumas o têm por necessidade de trabalho e de facilitação de horários e de uma melhor qualidade de vida. Outros/Outras por status e, irresponsavelmente, dirigem embriagado(a)s e sobem em calçadas, não obedecem à sinalização e fazem rachas pelas ruas, colocando a vida das pessoas em risco, atropelando adultos e crianças nas faixas de pedestres, uma verdadeira guerra urbana.

Segundo o Art. 28 da Lei 9.503 de 23/09/2007, “o condutor deverá, a todo momento, ter domínio de seu veículo, dirigindo-o com atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito.” Ou seja, o(a) condutor(a) deve ter plena consciência e responsabilidade de seus atos ao dirigir, para assim, chegar com segurança e não prejudicar outras pessoas.

A lei está posta, as multas acontecem, mas não basta sinalização das vias públicas e implantação de radares nas avenidas, é necessário educar para o trânsito. E os pais, mães e responsáveis podem fazê-lo ao sair para passear com as crianças, dando bons exemplos ao dirigir com responsabilidade, obedecendo à sinalização e as leis de trânsito, desde o uso da cadeirinha e o cinto de segurança e orientando o(a)s seus/suas filhos/filhas.

Afinal, não há determinação de idade mínima ou máxima para ser usuário/usuária do/no trânsito e todos os indivíduos são agentes participativos. Esta participação pode ocorrer de diversas formas, enquanto condutor(a), pedestre, ciclista, passageiro(a), motociclista, caminhoneiro(a), autoridade, cadeirante etc. Logo, ao contrário do que muitas pessoas pensam, trânsito não se resume a veículos e condutore(a)s, pois as crianças, por exemplo, são agentes ativos de participação no trânsito, atuando como pedestres, passageiros ou ciclistas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394, de 20 de maio de 1996, em seu Art. 2º estabelece que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. E em seu Art. 27º, inciso I,

estabelece como diretrizes a serem observadas pelos conteúdos curriculares da educação básica “a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos/das cidadãos/cidadãs, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.” Ou seja, é necessário discutir e ampliar os valores fundamentais, tais como: respeito, solidariedade, responsabilidade, entre outros para que estes aluno(a)s possam ter uma boa convivência com seus pares e com a sociedade em geral.

A educação é o meio pelo qual o indivíduo pode conviver em paz consigo e com a sociedade, mas ela não pode ser confundida, apenas, com a formação de competências e habilidades, pois nós respondemos pelo que fazemos, enquanto adultos. Então, se tivermos mais cedo, enquanto criança uma formação adequada para o trânsito, agiremos como multiplicadores e com certeza, na idade adulta não cometeremos tantas infrações e evitaremos muitos acidentes.

Neste sentido, há de se pensar na temática da educação no/para o trânsito nos currículos de educação formal para ampliar e fortalecer os princípios desejados e, convencionalmente, definidos.

Contudo, enquanto o movimento para esta ação não se efetiva, a educação no/para o trânsito tem ocorrido em várias partes do Brasil por meio da educação não formal. Lembrando que a Educação não formal é aquela cujas atividades têm caráter de intencionalidade, porém, com baixo grau de estruturação e sistematização, implicando em relações pedagógicas dentro e fora das instituições escolares. Este tem sido um modelo relevante de intervenção que podemos seguir para solucionar a realidade do trânsito, utilizando os aspectos da educação não formal num espaço não escolar na Paraíba que trabalha a educação no/para o trânsito.

2.2 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DA PARAÍBA - DETRAN/PB

O DETRAN/PB surgiu em 1934 e chamava-se Inspetoria Geral do Tráfego Público. No entanto, a Lei 3.848 de 15 de junho de 1976, publicada no DOE nº 4.217, de 20.06.1976, os 02 a 05, definiu o Sistema Estadual de Trânsito e transformou o DETRAN /PB em autarquia. Portanto, ele é um órgão de administração indireta e está

vinculado à Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Civil, conforme o Artigo 9º, inciso VII, da Lei nº 5.020, de abril de 1988, publicado no DOE nº 7.917, de 08 de abril de 1988.

Este órgão está localizado à Rua Emília Batista Celane, SN, Mangabeira VII, João Pessoa – PB, CEP: 58058-280, telefone: (83) 3216-2500; E-mail: ouvidoria@detran.pb.gov.br.

O DETRAN/PB está sempre buscando orientar e conscientizar condutores/condutoras e pedestres quanto à educação no trânsito, para que conhecendo seus direitos e deveres enquanto cidadãos e cidadãs possam conviver harmonicamente e evitar alguns acidentes previsíveis e infrações desnecessárias. A realização de projetos, palestras e campanhas de conscientização sobre o uso das faixas de pedestres, entre outros, são ações que buscam reduzir o número de acidentes e infrações no trânsito, bem como, mediar o desbloqueio das CNH's, através da Avaliação Pedagógica Solidária.

Recentemente, o departamento de Divisão de Educação de Trânsito, formado por uma equipe multidisciplinar sob a responsabilidade de uma pedagoga, promoveu um novo trabalho: o I WorkShop de Direito e Segurança do Trânsito para profissionais dos Centros de Formação de Condutores (CFCs) da Paraíba. Este evento foi realizado no Centro de Ensino da Polícia Militar, no bairro de Mangabeira VII, na capital paraibana, totalmente gratuito e objetivando a melhoria da qualificação dos instrutores e, consequentemente, a formação dos/das condutores/condutoras.

O Workshop contou com palestras do Tenente Coronel Israel Moura - especialista em trânsito, Bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda/PE e pós-graduado em Políticas Públicas de Segurança, entre outro(a)s convidado(a)s.

PARTE 2: O PERCURSO METODOLÓGICO

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA DA PESQUISA: CAMINHO E PROCEDIMENTOS

Nosso estudo teve como objetivo geral analisar a atuação do(a) pedagogo(a)s em espaços não escolares e como objetivos específicos conhecer o trabalho pedagógico desenvolvido dentro da Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN/PB. Assim, como, verificar e analisar as potencialidades e fragilidades da atuação de um(a) pedagogo(a) nesse espaço de educação não escolar, que tem como resultado uma prestação de serviço à sociedade.

Para atingir os objetivos citados optamos pela abordagem qualitativa de pesquisa que segundo Minayo (2001) trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais complexo das relações, dos processos e dos fenômenos. Ou seja, o objeto de estudo das pesquisas qualitativas serão sempre permeados de complexidade, pois trabalham com dados que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001).

Essa autora também afirma que o processo de trabalho científico em pesquisa qualitativa divide-se em três etapas: (1) fase exploratória; (2) trabalho de campo; (3) análise e tratamento do material empírico e documental.

Na fase exploratória buscamos através da pesquisa bibliográfica, conhecer os conceitos da temática que nos inquietava e se tornava cada vez mais convidativa para a pesquisa: a atuação do(a) pedagogo(a) no espaço não escolar. Partimos para a consulta de livros, pesquisando o(a)s autore(a)s que discutem essa temática, abordando suas diferentes concepções, bem como a pesquisa de artigos científicos que pudessem contribuir para o enriquecimento desta pesquisa. Como também, o levantamento de teses e dissertações a fim de conhecer o que se tem produzido sobre essa área, com base em uma fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado. Para tanto, tivemos como suporte teórico autores/autoras que problematizam esta questão, como: Torres (1992); Gohn (2006); Libâneo (1999, 2002);

Gadotti (2005), entre outras contribuições teóricas. A síntese dessa etapa encontra-se na primeira parte deste trabalho e aborda os conceitos principais acerca do tema.

A fase 2, do trabalho de campo, se deu primeiramente com a escolha do espaço não escolar o qual gostaríamos de conhecer. Optamos pelo DETRAN/PB, mais especificamente pelo Departamento de Divisão de Educação de Trânsito, por estarmos interessadas com essa temática transdisciplinar tão importante e emergente em nossa sociedade - o trânsito. Também se tornou motivo de escolha o fato de neste departamento haver uma pedagoga na posição de coordenadora geral de uma equipe multidisciplinar.

A terceira etapa da pesquisa, conforme aponta Minayo (2001), a análise e tratamento do material empírico e documental, consta nos resultados e discussão, no qual organizamos conforme as categorias de análises encontradas a partir da análise dos dados pelo método de análise textual discursiva (MORAES e GALIAZZI, 2006, 2013).

Realizarmos o contato inicial com a instituição supracitada a fim de verificar se a mesma concordaria em participar da pesquisa. Entregamos o termo de anuência para realizar a pesquisa naquele universo e fomos prontamente recebidas. Também, entregamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Estes documentos constam nos apêndices deste trabalho.

Ao chegar ao campo empírico vimos que a coordenação do departamento tem como responsável uma pedagoga, que se prontificou a participar colocando-se à disposição juntamente com toda sua equipe para a realização das observações referentes à rotina, como também a realização das entrevistas.

3.1 O CAMPO EMPÍRICO E O SUJEITO DA PESQUISA

O campo empírico desta investigação foi o Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba - DETRAN/PB, responsável pela regularização de veículos, aplicação de multas, renovação ou expedição de Carteira Nacional de Habilitação. Cabe ao órgão, também, cobrar o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), efetuar a regulamentação do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), cujo é obrigatório, entre outros serviços.

Também, está vinculado à Secretaria de Estado e Defesa Social - um espaço criado para diálogos, sendo assim, um órgão responsável por diversos serviços de atendimento à população, voltado para o trânsito.

Mas, especificamente, o foco da pesquisa deu-se na Divisão de Educação de Trânsito, onde se desenvolve práticas de educação não formal relativa à educação para o trânsito.

Neste sentido reconhecemos o campo empírico como um espaço de educação não escolar que atua na educação para o trânsito, sendo suas características físicas adequadas, com materiais educativos disponíveis, desenvolvimento de projetos e campanhas educativas. A equipe deste departamento é capacitada, formada por profissionais especialistas em trânsito e educação de trânsito, enfermeiros, psicólogos, psicopedagogos e pedagogos, totalizando 12 pessoas trabalhando de forma unificada e focada em uma educação para o trânsito humanizada, para a prestação de serviço a qual foi designada como cumprimento ao Código de Trânsito Brasileiro – CTB e ao Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN.

Dentro desse universo escolhemos como sujeito da pesquisa uma profissional formada em pedagogia, para que pudéssemos entender como atua uma pedagoga nesse ambiente não escolar e sua visão de mundo diante de seu trabalho. Essa profissional tem quarenta e oito anos de idade, é graduada em Pedagogia, com pós-graduação em Psicopedagogia e atua há seis anos na coordenação da Divisão de Educação de Trânsito.

Foi vivenciando o trabalho de pedagogo(a)s que ela decidiu fazer o curso de pedagogia, onde a levou para outras áreas da educação de trânsito, a exemplo de cargos anteriores como, educadora de trânsito, fiscal de condutores(as) para a primeira habilitação, diretora de ensino, entre outros. A experiência profissional no órgão do DETRAN/PB é de 20 (vinte) anos.

3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A observação e a entrevista foram os instrumentos de coleta de dados escolhidos e elaborados para a realização da pesquisa. A observação participante define-se como um processo pelo qual o(a) pesquisador(a) se coloca como observador (a) de uma

situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica e tem por instrumento de trabalho o *diário de campo* (MINAYO, 2001).

Já a entrevista tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa e fornecer dados secundários e primários (MINAYO, 2001). Para essa autora, as entrevistas podem ser classificadas em: a) sondagem de opinião; b) semiestruturada; c) aberta ou em profundidade; d) focalizada; e) projetiva. Optamos pela entrevista semiestruturada que parte de um roteiro previamente elaborado com base nos questionamentos sobre a vivência desse pedagogo (a) nesse espaço não escolar, bem como suas estratégias utilizadas, suas experiências, com base também na formação profissional do pedagogo (a), ressaltando a importância desse trabalho para a sociedade. (Apêndice 3).

A realização da pesquisa foi entre os meses de março e abril de 2016, com o total de três visitas para a coleta de dados e observações *in loco*. As informações que nos foram passadas pelo departamento foram, exclusivamente, concedidas através de conversas, apresentação de materiais educativos e apresentação de ofícios trazidos pelas escolas para requerer uma visita do departamento. No entanto, quando pedimos para conhecer o conteúdo documental dos projetos e atividades, nos foi negado, pois, segundo a coordenadora, os documentos não poderiam ser disponibilizados, porque, “são documentos reservados e não podemos dispor assim sem autorização, mesmo porque se trata de documentos oficiais, para fins internos”.

Mesmo assim, a coordenadora ressaltou que estaria à disposição para qualquer questionamento e que poderíamos ter acesso a todo o material pelo site do órgão e pela internet, porque o departamento a cada campanha e mobilização divulga esses trabalhos na mídia para que a população acompanhe esses trabalhos.

Durante essas visitas foram realizadas as entrevistas, deixando-se claro que não se tratava de uma avaliação e foram explicados os critérios e, também, que não seria divulgado os nomes dos entrevistados no Trabalho de Conclusão de Curso. Assim, foi realizada a entrevista com a equipe de pedagogo(a)s e a coordenadora, usando-se um gravador digital. As entrevistas foram transcritas cuidadosamente e logo após, foi realizada a conferência gramatical, porém, sem alterar o sentido do texto.

3.3 MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise e interpretação dos dados de uma pesquisa é feita observando o processo que está além dos dados, a ligação dos fatos sobre o que os sujeitos disseram e o que o pesquisador viu e leu sobre o tema, isto é, o processo de formação dos significados (GIL, 2007).

Optamos pelo método da análise textual discursiva, uma vez que buscamos entender não só a conceituação de educação formal e não formal, mas, também, as atribuições e desafios da atuação do(a) pedagogo(a) nos espaços não formais de educação e a contribuição do espaço escolhido (DETRAN/PB) no tocante à educação no/para o trânsito.

Deste modo acerca do conceito de análise textual discursiva, Moraes e Galiazzi (2006, p. 118), enfatizam que se trata de:

[...] uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa que são a análise de conteúdo e a análise de discurso. Existem inúmeras abordagens entre estes dois polos, que se apoiam de um lado na interpretação do significado atribuído pelo autor e de outro nas condições de produção de um determinado texto.

Trata-se de um método que favorece uma melhor compreensão do texto e do discurso contidos nas falas dos sujeitos. A análise textual discursiva fundamenta-se em quatro importantes elementos segundo Moraes e Galiazzi (2006), sendo eles: o corpus, a unitarização, a categorização e a comunicação. Os três últimos elementos se referem ao processo de análise a partir do corpus. São três os estágios:

- Desmontagem dos textos - refere-se ao processo de unitarização e “implica examinar os materiais em seus detalhes, fragmentando-os no sentido de atingir unidades constituintes, enunciados referentes aos fenômenos estudados”, são as unidades de significação (MORAES, 2003, p. 191).
- Estabelecimento de relações - refere-se á categorização, “implicando construir relações entre as unidades de base, combinando-as e classificando-as no sentido de compreender como esses elementos unitários podem ser reunidos na formação de conjuntos mais complexos, as categorias” (MORAES, 2003, p. 191).

- Captação do novo emergente - será a compreensão renovada do todo, resultada pela intensa impregnação nos materiais da análise desencadeada pelos dois estágios anteriores. Dá-se a tematização, a construção da estrutura do metatexto. É o exercício de explicação do argumento aglutinador das diferentes categorias (MORAES, 2003; MORAES & GALIAZZI, 2013).

O processo segue com o quarto estágio, tão complexo quantos os três primeiros, se refere à construção do metatexto. Segundo Moraes e Galiazzi, (2013), o metatexto pode ser descritivo (mais próximo do *corpus* analisado) ou interpretativo (mais afastado do material original permitindo uma abstração e teorização mais aprofundada).

Nosso metatexto apresenta a descrição da análise empreendida com momentos interpretativos. Ele está composto por três categorias a citar: 1) Atuação do(a) pedagogo(a) na Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN/PB - em que discutimos a concepção da coordenadora com relação a sua atuação à frente da equipe e nas diversas atividades executadas; 2) Planejamento e ação: projetos, campanhas e programas por um trânsito melhor – em que descrevemos como se dá o planejamento e a execução das atividades do departamento de Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN/PB; e 3) Escola/cidade: Educação formal e não formal – em que discutimos a concepção da educação formal e não formal e a cidade como educadora.

Assim, nossa investigação também foi descritiva, porque pretendeu descrever as características de um fenômeno e de uma experiência e; exploratória, pois nos permitiu uma maior familiaridade com o tema pesquisado, visto que este ainda é pouco conhecido, pouco explorado (GIL, 2007).

PARTE 3: RESULTADOS E DISCUSSÃO

CAPÍTULO 4: A PEDAGOGIA A SERVIÇO DO ESPAÇO EDUCATIVO NÃO ESCOLAR

Esta parte do trabalho apresenta o resultado da análise textual discursiva a partir dos dados coletados, em especial, das entrevistas feitas com a coordenadora do departamento de Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN/PB, como, também, da observação de todo o funcionamento do departamento e o trabalho pedagógico realizado pela equipe no contexto educacional, através dos referenciais teóricos que embasaram a pesquisa. Para a análise dos dados foi adotada uma sequência conforme o roteiro da entrevista realizada e a divisão nas três categorias supracitadas.

4.1 A ATUAÇÃO DO(A) PEDAGOGO(A) NA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO DO DETRAN/PB.

Tendo em vista que a educação, também, é um fator gerador da segurança do trânsito, os trabalhos desenvolvidos no DETRAN/PB, através do departamento de Divisão de Educação de Trânsito, trazem esse sentido em seus projetos e ações tentando reduzir os elevados índices de acidentes de trânsito e no trânsito em nosso Estado, bem como assegurar o direito de ir e vir dos/das cidadãos/cidadãs com segurança e mobilidade e o direito à vida.

A coordenação da Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN/PB conta com uma equipe composta por profissionais de diferentes áreas, preferencialmente, os da Pedagogia, onde em sua formação abrange, também, a atuação em espaços não escolares.

As atuações desses/dessas pedagogo(a)s estão contribuindo para o desenvolvimento de Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) voltados à conscientização da população em espaços destinados ao trânsito.

Nessa interpretação e análise chamaremos a entrevistada pelo código A.V., conforme combinado, para preservar sua identidade. Suas ideias e posicionamentos estão expressos como base em suas respostas quando questionada acerca de seu universo profissional, sua atuação e de sua formação.

Nesse sentido foi perguntado sobre o desenvolvimento de seu trabalho no DETRAN/PB como coordenadora educacional e A.V. nos respondeu com clareza dizendo,

No Brasil fechamos o ano de 2015 com 62 mil mortes no trânsito. Na Paraíba, temos uma criança quase todo dia atropelada. Então nós, da Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN/PB, entendemos que devemos está trabalhando em todas as escolas, seja particular, estadual ou municipal, principalmente com crianças. Porque entendemos que trabalhar com crianças é está preparando um multiplicador. Com o adulto é mais complicado o processo, porque reeducá-lo é mais difícil, mas, também, trabalhamos com todas as faixas etárias fazendo trabalhos de conscientização para motoristas de todos os segmentos. Aquelas atividades que trabalham diretamente no trânsito, a exemplo de motoboys, entregadores etc., onde suas atividades dependem de cumprir tempos de realização e rapidez, para essa categoria fazemos um trabalho de educação de trânsito específico com a sua realidade. [...] (PEDAGOGA A.V.).

Percebemos que o processo educacional desenvolvido no trabalho de A.V. é bastante amplo e abrange algumas especificidades. Em sua fala é perceptível dois aspectos interessantes: 1) a facilidade de um trabalho mais efetivo com crianças, embora seus frutos sejam em longo prazo, e 2) a especificidade de um trabalho educativo com grupos distintos, como por exemplo, com quem tem o trânsito como ambiente de trabalho.

É sabido que as crianças representam o futuro e que educando-as estaremos formando um agente multiplicador. Segundo Gadotti (2005), “as crianças precisam participar, desde muito pequenas, da construção de suas vidas, [...]. Elas participam pouco da vida da cidade, da gestão política da cidade.” Ou seja, ao realizar ações educativas com as crianças, a pedagoga e sua equipe estarão ofertando oportunidade para estas participarem de modo efetivo, através das atividades com faixas, semáforos, entre outros materiais educativos que a equipe disponibiliza para as ações. Assim, a equipe dá vez e voz às crianças, e estas têm a oportunidade de questionar, dialogar e

realizar sugestões e, conseqüentemente, em casa, na escola, na praça, na igreja, ela passará as informações adiante e se tornará um agente multiplicador.

Assim, como em uma escola, a pedagogia do DETRAN/PB tem o cuidado de olhar para cada realidade conforme suas características peculiares. Quem depende do trânsito para trabalhar e compete diariamente com todas as pessoas que transitam pela cidade para cumprir seu horário de trabalho, sem dúvida necessita de atenção especializada. Para Gohn (2006, p. 30), “a construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social [...], tendo como meta a preparação de indivíduos na posição de cidadãos e, portanto, educando-os para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo etc...”. Faz-se necessário no cotidiano da sociedade e especificamente no trabalho pedagógico do departamento de Divisão de Educação de Trânsito.

A orientação geral é que essas ações educativas sejam promovidas correspondendo ao que determina o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), Lei nº 9.503 de 23 de Setembro de 1997, que contempla no Art. 76:

A educação para o trânsito será promovida na pré-escola e nas escolas de 1º, 2º e 3º graus, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação (BRASIL, 1997).

Para isto, o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), responsável pelo financiamento e distribuição referente aos conteúdos, como também programas que são trabalhados em nível nacional nos órgãos competentes pela educação do trânsito de cada região, faz a orientação de trabalhos a serem realizados anualmente. No entendimento da coordenadora A.V., [...] *a atuação do pedagogo nos espaços não escolares será sempre um trabalho de formação de multiplicadores* [...].

Portanto, entendemos que os projetos desenvolvidos no departamento visam ser permanentes pelo processo de educação, para ensinar o respeito e valorização da vida, a partir do conhecimento da necessidade de obter práticas humanizadas envolvidas nestes trabalhos, através da realização de atividades para a conscientização, estabelecendo a colaboração para a segurança no trânsito, como exemplifica A.V. Citamos como exemplos de atividades: campanhas, palestras, seminários, workshops, entre outros.

Trabalhando sempre em equipe, os projetos e as atividades realizadas pelo departamento de Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN/PB são planejados e executados de forma coletiva. A equipe é multidisciplinar, trabalhando na transversalidade, diminuindo assim, os impactos negativos que a falta de educação do trânsito traz por consequência para a sociedade. Ao falar sobre a formação da equipe e o seu posicionamento na construção das atividades, a coordenadora A.V. enfatiza a importância de ter uma equipe focada na educação para o trânsito e de forma humanizada, sobre isso relata que,

Aqui ninguém faz nada sozinho e nossa equipe, sendo multidisciplinar, visa à educação, mesmo o agente de autoridade de trânsito que tem o papel de fiscalizar. Ele em um trabalho do departamento vai olhar a infração e reverter àquela ação para um ato de educação daquele cidadão, se tornando um agente educador. Ele vai ter a mesma visão técnica de seu trabalho, mas com outro foco. Se for feito um planejamento todos tem que trabalhar no mesmo sentido, no mesmo pensamento, nossas reuniões são voltadas para planejar ações de intervenção educativa. [...] (PEDAGOGA A.V.).

É interessante observar o valor depositado no trabalho conjunto. Essa é uma característica presente na educação não escolar que geralmente ocorre em equipes multidisciplinares sob a liderança de alguém formado(a) em Pedagogia. Os encontros e as reuniões para compartilhamento de ideias e decisões torna o trabalho cooperativo. Notamos, por exemplo, que o agente de autoridade de trânsito, que é um fiscal de trânsito, torna-se também um educador e terá sua função ampliada para a orientação da cidadania, como lembrou Gohn (2006), será função da educação não escolar capacitar os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo e no mundo. Para essa função, esse tipo de educador (a) deve abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos.

A importância da atuação do(a) pedagogo(a) dentro do departamento de Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN/PB faz toda a diferença na coordenação das atividades. Quando questionada a respeito desse posicionamento a coordenadora A.V. confirma, [...] *é claro que o número de pedagogos aqui é maior que outras formações, somos quatro pedagogos. Sendo assim, temos muita influência nos critérios escolhidos.* Assim sendo, podemos dizer que o(a)s pedagogo(a)s do departamento exercem seu papel educacional e juntamente com a equipe faz um relevante trabalho social,

promovendo o que está estabelecido pelo CTB, Art. 21, Inciso XI, *promover e participar de projetos e programas de educação e segurança [...]*.

A educação para o trânsito exige saberes e métodos adequados a cada situação, para que haja uma capacitação do cidadão/cidadã e que essa capacitação traga um entendimento que colabore para a vivência na cidade, como também, em todos os lugares onde há fluxo de veículos e pedestres.

Dessa forma, a equipe potencializa suas atividades trabalhando em rede, com parcerias institucionais tanto em nível regional como federal. Esse foi outro ponto trabalhado na coleta de dados dessa pesquisa, onde o “fazer” e o “como” realizar o trabalho, foi abordado.

Diante de todas as informações que nos foram passadas, podemos afirmar que os trabalhos realizados em todo o Estado da Paraíba pelo departamento de Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN/PB, conta com a participação de outros órgãos que ajudam na execução dos trabalhos. Assim, podemos verificar na fala da coordenadora e, também, da equipe que:

[...] Nós recebemos muitas demandas de todo o Estado, todas as prefeituras. Nós também temos parcerias com a Polícia Rodoviária Federal, o DER e esses órgãos nos ajudam a ir até as cidades solicitantes ou escolhidas para realizar o trabalho. Também temos uma parceria muito forte com o Festival Estudantil Temático de Trânsito (FETRAN), que acontece em todo Brasil. Então, com essa parceria quando fazemos um trabalho em uma cidade deixamos esse projeto para que seja mais amplo.

Nesse sentido, percebemos que há uma grande mobilização da coordenação e sua equipe quanto à organização de reunir esses órgãos e, conseqüentemente, há um exultante trabalho para atender à demanda de escolha e separação de todo o material que será utilizado durante as ações educativas. Assim, após a finalização das ações a coordenação e sua equipe terminam as atividades nas cidades, tendo a certeza de que capacitou pessoas para serem agentes multiplicadore(a)s daquele trabalho e possam dar continuidade e efetividade para obter resultados positivos.

4.1.1 Dificuldades nos processos educativos no departamento de Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN/PB

Os problemas sociais decorrentes da falta de educação no trânsito são demandas urgentes para se resolver no Brasil, sendo comum a todas as regiões, como também na Paraíba. Mas, ao que se percebeu, através dessas ações conjuntas, acontece uma boa prática educativa.

Esse tema tem sido trabalhado nas escolas de forma multidisciplinar e tem como foco principal a formação de cidadãos/cidadãs e mudança de hábitos e atitudes das pessoas adultas.

As dificuldades são permanentes, pois o Sistema Nacional de Trânsito que é responsável por todas as esferas estaduais tem muitas falhas relacionadas à ética, organização, administração e competência. Assim, os órgãos estaduais, também, ficam limitados, pois dependem desse suporte para realizar as demandas nacionais que chegam até o departamento. Dificuldades também com as questões comportamentais da população em relação à utilização inadequada das vias públicas, entre outros. No trabalho específico do departamento de Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN/PB, para além das dificuldades superiores do SNT, estão as de ordem local que, contribuem, para a não realização efetiva dos programas. Questões, também, de municipalização e entraves com Prefeituras e Estado que dificultam os avanços. Portanto, sobre essas dificuldades a coordenadora explicou,

[...] nós temos 223 municípios e só 24 são municipalizados. Então, nós nos deparamos com municípios sem a menor estrutura, sem agente de trânsito, sem sinalização, sem leis de trânsito, nesses casos temos que começar do zero. [...] dificuldades de exemplo por parte dos gestores das cidades, [...] lugares esses que até as autoridades, o governo, anda sem usar os equipamentos de segurança, ou seja, as próprias pessoas formadoras de opinião não respeitam as regras [...] (PEDAGOGA A.V.)

Deste modo, há um pequeno número de cidades municipalizadas em nosso Estado, ou seja, apenas 24 (Vinte e quatro) cidades gerenciam o seu trânsito. Porém, o Código de Trânsito Brasileiro, determina:

Art. 21. Compete aos órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

VI - executar a fiscalização de trânsito, autuar, aplicar as penalidades de advertência, por escrito, e ainda as multas e medidas administrativas cabíveis, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar;

Desta forma, o CTB, determina que cada município é obrigado a gerenciar o trânsito de sua cidade, realizando a implantação de sinalização e aplicação de multas por infrações.

Todos os municípios conveniados com o DETRAN/PB fazem a renovação a cada cinco anos, obrigatoriamente. Mas, os valores pagos pelas multas são devolvidos para seus/suas gestores/gestoras e são revertidos, unicamente, em investimentos para melhoria do trânsito na cidade.

O CTB determina, porém, não pune. Então, desta forma, o departamento de Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN/PB fica impossibilitado de realizar o trabalho de conscientização, através de suas Campanhas e Projetos e, conseqüentemente, estes municípios continuam sendo alvo de vários acidentes no trânsito.

Essas questões são relevantes se olharmos na ótica cultural, pois os costumes se reproduzem, mas, se analisarmos de forma educacional percebemos que são pessoas com esclarecimento e, mais grave ainda, passaram pelo exame de aprovação da CNH e detém o conhecimento das leis.

Quando nos deparamos com esses fatos temos uma maior percepção da importância da educação para o trânsito, que precisa ser realizada de forma constante. Sendo assim o trabalho nesses locais onde a equipe do departamento está, dá-se, através, de uma organização em que [...] *toda a cidade é mobilizada com distribuição de materiais educativos de conscientização. Vamos, também, para as feiras livres, praças, instituições, escolas e igrejas* (A.V).

O enfrentamento dos obstáculos é uma postura comum para o(a) pedagogo(a) na sua profissão, pois o alvo a ser alcançado é o ser humano e suas relações sociais, que por sua vez é inacabado e está em constante construção.

Na educação para o trânsito os trabalhos desenvolvidos têm o objetivo de alcançar todas as faixas etárias, sexo e classe social, pois todos/todas fazem parte desse processo de aprendizado, assim como, são usuário(a)s das formas de trânsito. O(A) pedagogo(a) atua sobre as etapas de desenvolvimento da aprendizagem e formação humana e tem facilidade com estas questões, porque foi preparado(a) em sua formação para ensinar, coordenar processos de ensino, administrar lugares de educação entre outras coisas, ou seja, é orientado (a) a ter uma visão reflexiva sobre tudo que envolve a ação humana.

Nesse sentido o departamento de Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN/PB, enfrenta os obstáculos desta forma:

Se por ventura encontrarmos dificuldades, colocamos em prática o plano B, que seria fazer acontecer o nosso projeto e alcançar o objetivo, com toda nossa preparação, organização de materiais, tudo com o mesmo empenho pela nossa equipe do departamento. [...] nós somos treinados a vencer os obstáculos, pois se há uma preparação você consegue realizar seu trabalho, mesmo da forma não planejada (Pedagoga A.V.).

Essa fala demonstra que o(a) pedagogo(a) é habilitado(a) para coordenar, planejar e executar, além de ensinar, mediar conflitos, resolver problemas, entre outros. Este profissional que atua nos espaços não escolares, também, enfrenta obstáculos no que se refere ao campo de trabalho, pois atua nos processos educativos e educacionais, como está posto abaixo.

A identidade do pedagogo se reconhece, portanto, na identidade do campo de investigação e na sua atuação dentro da variedade de atividades voltadas para o educacional e para o educativo. O aspecto educacional diz respeito às atividades de sistema educacional, da política educacional, da estrutura e gestão da educação em suas várias modalidades, das finalidades mais amplas da educação e de suas relações com a totalidade da vida social. O aspecto educativo diz respeito às atividades de educar propriamente dita, à relação educativa entre os agentes, envolvendo objetivos e meios de educação e instrução, em várias modalidades e instâncias (LIBÂNEO, 1999, p. 47).

Portanto, seja na coordenação, no trabalho em equipe e em toda sua atuação, o(a) pedagogo(a) do departamento de Educação de Trânsito encontrará dificuldades e

obstáculos que estão presentes em todos esses aspectos. Mas, é muito importante que haja o enfrentamento para a continuidade dos trabalhos, contribuindo com a cidadania.

4.2 PLANEJAMENTO E AÇÃO: PROJETOS, CAMPANHAS E PROGRAMAS POR UM TRÂNSITO MELHOR.

O planejamento de qualquer atividade deve ser realizado observando algumas especificidades do público alvo, para que os resultados sejam satisfatórios. Pensar e elaborar um planejamento deve sempre refletir sobre a continuidade do trabalho realizado, isso faz parte de um processo constante de preparação e organização, necessário para todos os projetos educativos.

Através, das observações *in loco* obre a atuação do(a) pedagogo(a) no departamento de Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN/PB percebemos que estas palestras, seminários, campanhas, projetos e pesquisas na internet sobre os índices de acidentes nas cidades do interior do Estado, entre outros, são os critérios usados pela equipe. Para tanto, a coordenadora A.V. procura unificar a atuação do grupo, pois para ela, [...] *a equipe sendo multidisciplinar, é muito importante para um planejamento, contemplando as diversidades de situações que encontramos [...].*

O planejamento é uma das ferramentas metodológicas que o profissional da Pedagogia poderá usar para obter um bom resultado em seu processo de trabalho educativo, todos devem recorrer para alcançar o que se almeja. Segundo Nery (2007), o planejamento é como “um princípio e uma prática deflagradora de todo o trabalho na escola e na sala de aula, num movimento contínuo e interdependente em que se planeja, se registra e se avalia”. A falta de planejamento prejudica não somente o(a) professor(a), o(a) educador(a), mas, principalmente, os resultados do seu trabalho.

Para que o planejamento seja um instrumento útil, todo/toda profissional precisa:

Acompanhar o desenvolvimento das suas ações planejadas, o(a) professor(a) avalia sua própria ação, notando os aspectos onde planejou de acordo com a realidade de sua classe e nos momentos onde se afastou dela (BRASIL, 2006, p. 6).

Observamos que o trabalho cotidiano é feito baseado a partir do planejamento das atividades que é realizado anualmente, com a participação de toda a equipe da Divisão de Educação de Trânsito. Porém, a equipe trabalha, diariamente, organizando e separando todo o material disponível, tais como: faixas, banners, pistas, faixas de pedestres, materiais educativos, entre outros, os quais serão utilizados durante as apresentações. Os materiais educativos são preparados de acordo com a cultura da cidade, porque antes da equipe ir a uma determinada cidade, são realizados: mapeamentos, investigações culturais, pesquisas através da internet e pesquisas presenciais para conhecer os costumes e cultura local.

Para realização do trabalho, a equipe sob a coordenação da pedagoga A.V. trabalha com parcerias, tais como: o corpo de Bombeiros, a Polícia Rodoviária Federal e o SAMU, como já citado, anteriormente. Assim, fazendo simulados de acidentes e mostrando determinadas práticas que podem causar danos irreparáveis, a equipe desenvolve um trabalho de sensibilização, conscientização e disseminação de um conhecimento específico.

Entendemos que o planejamento é fundamental para a prática da ação pedagógica e essa ferramenta indispensável tem sido o sucesso do trabalho da equipe desse departamento. Conforme Paiva *et al* (2010, p. 63):

O fazer pedagógico no espaço não escolar está diretamente relacionado às atividades que envolvem trabalho em equipe, planejamento, formação pessoal, orientação, coordenação, sendo que o objetivo principal desse fazer está direcionado às transformações dos sujeitos envolvidos na prática pedagógica.

Nesse sentido, diante das observações, podemos reconhecer que os planejamentos são feitos com propostas pedagógicas coerentes. Assim como, pontua Gadotti (2005), “para inovar é preciso conhecer”. Ou seja, para que se possa haver uma mudança no modo de fazer é necessário perceber a importância da educação para o trânsito, conhecer primeiro a cultura do lugar, os conceitos de segurança, o índice de violência, as estatísticas do trânsito, entre outros. Como por exemplo, os acidentes de trânsito graves, ocorridos no Sertão da Paraíba por causa de animais soltos na pista, devido à troca de animais (em especial cavalos e jumentos) por motos. Essas pessoas assumem o risco porque não tem nenhum conhecimento de legislação de trânsito e não

possuem a CNH, ignorando a importância deste documento. Assim, todo o trabalho é realizado em consonância com a realidade da cidade, para que se obtenham melhores resultados, diminuindo os índices de acidentes fatais.

Os projetos que a equipe do departamento de Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN/PB está desenvolvendo, atualmente, são necessários para a humanização do processo de formação de condutores/conductoras, em destaque um projeto que é pioneiro no Brasil e está sendo estudado para ser implantado em outros países. Este projeto se intitula “Avaliação Pedagógica Solidária”, realizada com pessoas que comparecem ao DETRAN, para renovar suas habilitações.

Para este fim é solicitado que os (as) condutores/conductoras realizem um exame oftalmológico e respondam um questionário com trinta perguntas, bastante complexas. A maioria destes/destas condutores/conductoras deixou de estudar há mais de 30 ou 40 anos e não têm a prática da leitura e escrita. Portanto, esse procedimento não funciona com essas pessoas, que tem dificuldade de entender e responder a esse questionário sob essa pressão psicológica. Deste modo, os médicos classificam essas pessoas como analfabetos (as), bloqueando suas CNHs.

Após isso, o processo é encaminhado para o Departamento de Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN/PB para a realização de uma avaliação e investigação do processo de ensino-aprendizagem, contemplando sua história de vida. [...] *é quando descobrimos em mais de 80% dos casos que a pessoa não é analfabeta e o que ele sabe é o suficiente para ler e escrever, como também essas pessoas nunca sofreram infrações graves ou gravíssimas no trânsito [...]* (A.V).

Esse projeto foi pensando para identificar as dificuldades em determinadas habilidades dos/das condutores/conductoras e mediar o processo de assimilação, através de uma investigação de caso e respeitando o conhecimento prévio deles/delas. Ou seja, através de uma avaliação com métodos direcionados para um diálogo de humanização, sem “pressões”, ele/ela consegue ler e escrever, mesmo com limitações. Então, o departamento emite um laudo para o setor de Habilitação, certificando sua aprovação para que haja o desbloqueio da CNH e este/esta resgata seu direito de dirigir, devidamente documentado(a).

Deste modo, resolve-se o problema que estava impedindo o(a) cidadão/cidadã de ter o seu direito assistido, atendendo o art. 140, inciso II, do Código de Trânsito Brasileiro, Lei 9503/97, que diz “saber ler e escrever”. Para A.V. [...] *esse projeto tem*

um papel social muito importante no que diz respeito à caracterização humana, e mostra que tudo que é mecânico e técnico demais não avalia de forma totalmente satisfatória e abrangente [...].

Percebemos que o trabalho da equipe tem uma função social e busca veementemente aprimorar e ajudar os (as) condutores/conduutoras a terem uma conscientização da necessidade de conhecer e respeitar as leis, para poder continuar com o seu direito de adquirirem a CNH e de renová-las.

No planejamento da equipe também se encontra outro projeto aplicado nas igrejas evangélicas que têm como foco a postura do cristão no trânsito, fazendo um trabalho de conscientização de educação para o trânsito nestas comunidades.

As campanhas, assim como, os programas feitos pela equipe de Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN/PB acompanham as atividades de âmbito nacional, oriundas do Ministério das Cidades, do DENATRAN e com campanhas que fazem parte do calendário e datas comemorativas, como por exemplo: o Dia do Autista; Dia Internacional da Mulher; Dia do Motorista; Dia Estadual do Trânsito Consciente; Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho (SIPAT), entre outros.

As campanhas acima citadas são permanentes e durante os feriados a equipe trabalha com afinco, pois, infelizmente, durante esses dias, há uma representação maior no índice de acidentes, como por exemplo, o feriado de Carnaval ou feriados que se juntam aos finais de semana.

Pelas observações, conversas informais e entrevistas, podemos destacar que a equipe é bastante envolvida e eficaz e trabalha aos feriados para conscientizar condutores/conduutoras quanto ao uso devido de capacetes, dos cintos de segurança, respeito à velocidade permitida, o uso indevido de bebida alcoólica, entre outras questões, buscando a diminuição do número de acidentes com vítimas fatais e demais ocorrências.

A contribuição do Departamento de Educação de Trânsito traz um impacto social grandioso, de forma humanizada e com o olhar diferenciado. Como explica a pedagoga A.V.: [...] *os nossos projetos não são apenas voltados para informar, como algumas campanhas que tem começo, meio e fim [...].* A equipe deixa multiplicadores/multiplicadoras em todos os locais que visitam, e podem ser gestores/gestoras, alunos (as), prefeitos (as) e professores/professoras trabalhando com a

transversalidade. Enfim, todas as pessoas que participaram do evento e, portanto, estão habilitado(a)s para repassarem este conhecimento.

O trabalho do Departamento de Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN/PB contribui para uma cidade educadora. Para esse entendimento citamos,

[...] a cidade pode ser “intencionalmente” educadora. Uma cidade pode ser considerada como uma cidade que educa, quando, além de suas funções tradicionais – econômica, social, política e de prestação de serviços – ela exerce uma nova função cujo objetivo é a formação para e pela cidadania (GADOTTI, 2010, p. 6).

Dentro das cidades ocorrem campanhas que estimulam o(a)s cidadão(ã)s a construir uma cidade melhor. Deste modo, há no departamento de Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN/PB pessoas preocupadas em prestar serviços de qualidade para fazer com que o(a)s cidadãos/cidadãs tenham uma cidade que educa. Durante os eventos que ocorrem nas cidades esta equipe consegue visualizar bons resultados em suas campanhas de conscientização para os indivíduos e chegam a obter mais de:

[...] 52% dos acidentes diminuídos anualmente e que todas as áreas que nós estivemos presentes não aconteceu nenhum acidente. Daí é que nos dá estímulo para trabalhar mais e saber que nós conseguimos contribuir com o cidadão, como também com a cidade e que conseguimos salvar vidas e famílias, as quais foram preservadas (PEDAGOGA A.V.).

Para implantação de sinalização nas cidades é realizado uma leitura de trânsito local, assim um/uma engenheiro(a) do DETRAN é encaminhado(a) para a cidade pretendida e no caso de não haver a municipalização,

[...] o engenheiro dá andamento a todos esses processos, faz-se toda a sinalização de trânsito nas áreas com maior vulnerabilidade onde tem muito fluxo de crianças e idosos. Além de [...] mobilizar, promover a mudança de comportamento das pessoas, ajudando a construir um cidadão mais consciente, mais educado, que protege a si e ao próximo, usando os equipamentos de segurança, como por exemplo, a cadeirinha para criança e cinto de segurança [...] (PEDAGOGA A.V.).

Assim, entendemos que para alcançar os objetivos, a equipe do departamento de Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN/PB deve fazer com que os planejamentos de suas campanhas sejam constantes e que haja o trabalho contínuo dos/das multiplicadores/multiplicadoras para permanência da conscientização de se dirigir habilitado(a) e, com responsabilidade.

A partir das análises dos dados percebemos a importância de se ter um(a) pedagogo(a) neste contexto educativo, que trabalha de maneira humanizada, aplicando o conhecimento adquirido na sua formação, respeitando às diferenças e fomentando a conscientização do(a) condutore(a)s sobre a responsabilidade de obedecer às regras de trânsito, evitando qualquer tipo de acidentes. E, que, além de todas essas habilidades, ele/ela ainda tem capacidade de realizar atividades de planejamentos, de organização, de coordenação e avaliações pautadas em valores éticos, como: solidariedade, cooperação, responsabilidade e compromisso visando o bem comum.

4.3 ESCOLA/CIDADE: EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL

A cidade é um lugar onde em seus diferentes espaços e tempos os indivíduos podem assumir uma intencionalidade educativa. Nessa perspectiva a educação para o trânsito tem um papel muito importante na formação cidadã e na contribuição de uma cidade que constrói e se educa. Para tanto, os projetos desenvolvidos dentro do departamento de Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN/PB, têm sido planejados para contribuir com a sociedade. Sobre a importância desses trabalhos a coordenadora A.V. relata, [...] *apesar das limitações, nós pedagogos e toda a equipe do departamento acreditamos no trabalho que desenvolvemos para a formação do cidadão e em prol da cidadania, nesses espaços.*

Para tanto, Libâneo (2002) ressalta que o(a) pedagogo(a) é um(a) profissional que pode atuar em todas as esferas, seja informal, formal ou não formal e que todas as experiências adquiridas nesses espaços contribuem para que ele seja um agente de transformação social, fazendo sempre uma leitura crítica sobre a sociedade. Essa pesquisa nos permitiu verificar que a educação não formal realizada pelo departamento

se caracteriza por desenvolver a cidadania e contribuir para a emancipação humana, sendo essa educação um diferencial para a cidade e para o(a)s cidadão(ã)s.

Sobre essa perspectiva a coordenadora A.V. destaca:

Nosso diferencial é quando fazemos um trabalho de educação no trânsito no período que antecede o carnaval, por exemplo, com campanhas nas ruas, distribuindo material, conscientizando [...], daí é que nos dá estímulo para trabalhar mais e saber que conseguimos contribuir com o cidadão, como também com a cidade e que conseguimos salvar vidas e, famílias foram preservadas.

Assistir aos resultados do trabalho realizado é gratificante e estimula-nos, sempre a querer fazer o melhor e a fazê-lo com esmero.

[...] pois, quando conseguimos mobilizar, promover a mudança de comportamento de uma pessoa, ajudando a construir um cidadão mais consciente, mais educado, um cidadão que protege a si e ao próximo, [...]. Assim torna-se um agigantamento de humanidade nosso trabalho (PEDAGOGA A.V.).

Os dados demonstraram, também, que os trabalhos desenvolvidos pela equipe nas escolas são importantes para a integração escola-cidade. Sobre a credibilidade dessas ações educativas, A.V. afirma:

[...] acreditamos que o trabalho desenvolvido nas escolas terá no futuro, como consequência, uma redução cada vez maior desses índices, pois a conscientização está sendo feita na base (PEDAGOGA A.V.).

Nesse sentido o resultado pode ser o crescimento de futuro(a)s cidadão(ã)s que terão diferentes posturas no trânsito. Mas, também, pode ser o desenvolvimento de toda uma população em médio prazo se crianças, adolescentes e jovens se tornarem agentes multiplicadores. Entretanto, ao analisarmos as demandas e os trabalhos realizados nas escolas, vemos que ainda há muito para fazer, pois deveriam ser mais efetivos.

Quando questionada sobre essa assistência nas escolas, a coordenadora A.V. ressaltou que:

A nossa luta é dar contribuição maior para a educação de trânsito nas escolas e conseguir que seja incorporada na grade curricular. Mas não depende só de nós [...] fazemos projetos de capacitação de professores para que eles sejam também um facilitador e possa dar continuidade ao trabalho.

Os impactos dessa educação para o trânsito na cidade são percebidos nas relações entre seus habitantes. Segundo os princípios da Carta da cidade que é educada, ela só será assim considerada, quando reconhecer que deve desenvolver para além das funções tradicionais. E para que isso aconteça é necessário que esta cidade assuma essa função educadora, como também todos podem contribuir para essa finalidade. Sobre esses impactos,

Quando somamos todos os programas já realizados temos um impacto bastante positivo na sociedade. Torna-se maior ainda com a ajuda dos órgãos parceiros, como o caso de um trabalho realizado nas BRs, onde a Polícia Federal e o DER estão conosco, ali naqueles locais o percentual de acidentes está sendo cada vez menor ou até mesmo não houve nenhuma ocorrência, esse é o grande impacto, o alcance dos nossos trabalhos. Outro impacto seria lugares aonde nós chegamos e ali nem se sabe qual a importância do uso do capacete, crianças pilotando motos e carros, então depois da nossa abordagem vemos mudança de posturas devido ao conhecimento adquirido, como também a conscientização sendo praticada, contribuindo para a melhoria daquela cidade (PEDAGOGA A.V.).

O departamento acompanha os impactos dos seus trabalhos através das estatísticas e de pesquisas feitas após a realização das ações. A equipe monitora por um tempo determinado, cada cidade.

A educação para o trânsito se faz com cidadania e respeito ao próximo. Também, é necessário se colocar no lugar do outro e estes princípios devem andar juntos com as leis de trânsito, sendo seguidos tanto pelo/pela condutor/condutora de veículos, como também, pelos pedestres.

Para Gadotti (2005) a cidadania é essencialmente consciência de direitos e deveres e exercícios da democracia. Nesta perspectiva o(a) cidadão/cidadã, assim, torna-se, exercendo a cidadania. As práticas educativas que permeiam a cidade que educa têm a intencionalidade de resolver os problemas que surgem. Segundo A.V. [...] *porque sabemos que são milhares de mortes no trânsito a cada ano, isso é bastante preocupante. Fazendo um comparativo seria como se retirasse do mapa uma cidade da*

Paraíba em termos de números de habitantes [...]. Promovendo a cidadania, igualdade, justiça social, democracia e liberdade para todos e todas, veremos essa realidade mudar.

A educação formal contribui para a formação integral do ser humano, ela é um direito de todo(a)s o(a)s cidadãos/cidadãs garantido pela Constituição Brasileira (1988, Art. 205), que diz: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Corroborando, Gadotti (2005, p. 01) diz que “a educação é um dos requisitos fundamentais para que os indivíduos tenham acesso ao conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade”. Nossa visão é que ao ter acesso à educação, o sujeito tem a oportunidade de conhecer seus direitos e deveres, enquanto cidadão/cidadã e adquirir consciência política, cultural, econômica, entre outros aspectos. Destarte,

É preciso que a educação esteja em seu cotidiano, em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos, adaptada ao fim que se persegue; permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo e estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história (FREIRE, 1974, p. 42).

No entendimento da pedagoga A.V. o trabalho realizado por um/uma pedagogo (a) fora do ambiente escolar é [...] *mediar as relações existentes dentro e fora dos muros da escola, levar toda a sua experiência, seu conhecimento teórico para poder fazer outra prática diferente daquela, numa escola, [...]*. Para Gonh (2006), a educação não formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadão do mundo, no mundo. E é nesta relação de percepção de leitura do mundo que travamos nossa discussão e passeamos neste contexto de educação em diferentes espaços, colocando o(a) pedagogo(a) como uma ponte de ligação entre o sujeito que torna-se cidadão/cidadã, a relação social da educação e a conscientização de uma sociedade mais justa e igualitária.

Entretanto, ao analisarmos o trabalho da equipe da Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN/PB, atentamos para a questão do número de participantes desta equipe para atender à demanda de todo o Estado da Paraíba. Porque ao se dirigir a uma cidade, toda a equipe comparece e o departamento fica apenas com uma pessoa para atender aos recados. E as escolas de outras cidades? O que questionamos é que a equipe poderia contar com mais pessoas. O Estado poderia realizar um concurso para o

DETRAN/PB e, assim, agregar mais profissionais. Deste modo, enquanto uma equipe atendia às cidades do Estado, outra atendia às escolas em João Pessoa e o departamento contava com o apoio de outros funcionários para atender aos projetos internos, tais como aquelas que necessitam da Avaliação Pedagógica Solidária e informações afins. Quanto ao atendimento às escolas, o(a)s diretores/diretoras requerem a presença da equipe e esta, após o agendamento prepara os materiais necessários e sua equipe, para atender o ensino da Educação no e para o trânsito nesse ambiente formal. O atendimento é para as crianças, jovens, adultos e toda a comunidade escolar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No capítulo anterior nós apresentamos os resultados e a discussão a partir dos dados da pesquisa, nos quais podemos observar que o curso de graduação em Pedagogia contribui de maneira relevante na capacitação do(a) pedagogo(a) para trabalhar em ambientes formais - o espaço da escola - e não formais - espaço da cidade. Ou seja, este/esta profissional tem competência para trabalhar em ONG's, hospitais, empresas, instituições públicas ou privadas de forma a atender todos os públicos. Nesse sentido o(a) pedagogo(a) é um(a) profissional que pode atuar em espaços, cujo objetivo seja a formação humana e envolva processo educativo. Ele(a) deve ter facilidade de se expressar e comunicar, pois em sua formação recebeu capacitação para enfrentar desafios cotidianos, trabalhar em grupos, fazer planejamentos, orientações, e mediar com as práticas pedagógicas, obstante, sem deixar de lado o seu caráter humanizador e, assim, contribuir com a emancipação do homem, em suas relações cotidianas e na construção social. Esta habilitação é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96.

Entretanto, ao iniciar a pesquisa, sentíamos dificuldades em compreender como se dava esta atuação do(a) pedagogo(a) nos espaços não escolares, visto que o curso de Pedagogia que ora concluímos, em sua estrutura curricular não oferece suporte e, tampouco, disciplinas ou orientações para esse tipo de atuação. Percebemos que o curso dá a habilitação para trabalhar nestes espaços, mas ele sempre nos direciona para a

docência quando nos encaminha nos estágios para as escolas e nunca para outros espaços.

Os nossos objetivos foram alcançados, pois através da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, podemos obter uma resposta plausível aos nossos questionamentos: quais as dificuldades enfrentadas pelo(a) pedagogo(a) na atuação em um espaço não escolar? Quais as contribuições pedagógicas de um espaço não escolar para educação do trânsito? Qual a importância do curso de Licenciatura em Pedagogia na formação de profissionais para atuarem em espaços não escolares?

No DETRAN/PB, particularmente, este/esta profissional tem uma contribuição que se caracteriza por oferecer palestras, seminários, elaborar projetos e campanhas com o objetivo de orientar e conscientizar os indivíduos quanto à importância de dirigir habilitado(a), respeitando as normas do Código de Trânsito Brasileiro. O(A) pedagogo(a) e sua equipe também atua, internamente, quanto à agilização do desbloqueio durante a renovação de CNH's, através do projeto intitulado: Avaliação Pedagógica Solidária que é o carro-chefe do departamento de Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN/PB.

Através da pesquisa pudemos conhecer e analisar o papel do(a) pedagogo(a) e as dificuldades enfrentadas nesse ambiente não escolar, desde as de ordem superior até as de ordem local, que se referem às cidades nas quais a coordenadora e sua equipe fazem o trabalho de informação e conscientização para a educação no trânsito. E, quanto ao enfrentamento dos obstáculos, a pedagoga e sua equipe estão em constante atividade para fazer a mediação, utilizando, inclusive, de um plano reserva para este fim.

O Departamento Estadual de Trânsito do Estado da Paraíba é o responsável pela fiscalização e emissão de Carteira Nacional de Habilitação e está dividido em vários departamentos, sendo que um destes é o Departamento de Divisão de Educação de Trânsito, que conta com uma equipe multidisciplinar coordenada por uma pedagoga para atuar com o segmento de formação humana e educação no e para o trânsito, objetivando a conscientização e formação do comportamento do(a) cidadão/cidadã, enquanto, usuário(a) de vias públicas, tais como pedestres, condutores(a)s e passageiro(a)s.

Assim, esse departamento trabalha conjuntamente com outros órgãos, tais como: Polícia Rodoviária Federal, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), entre outros, que ofertam suporte para o desenvolvimento do trabalho no sentido de viabilizar

educação para o trânsito nas cidades do interior (Municipalizadas) do Estado da Paraíba e em João Pessoa, através da promoção de campanhas, palestras, projetos, entre outros.

As cidades também podem educar os indivíduos para a vida e para o trânsito, através da união de seus governantes e pessoas afins, envolvido(a)s de forma intencional para a educação de todos e todas. Desta forma, pode-se trabalhar a educação para o trânsito, ratificando o direito do/da cidadão/cidadã garantido pela lei 9.503 de 23/09/1997, em transitar de forma segura em vias públicas. Deste modo, a presença e atuação de uma pedagoga no departamento de Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN/PB tem fundamental importância para o suporte de investigação, planejamento, orientação e execução de atividades que auxiliem na conscientização, redução de acidentes de qualquer natureza e desenvolvimento de qualidade de vida de condutores/conduutoras, pedestres e passageiros.

No entanto, a pesquisa, também, nos fez descobrir outros problemas, tais como: a resposta quanto ao trabalho realizado pelo DETRAN/PB e a municipalização das cidades. A coordenação e sua equipe é convidada para fazer um trabalho de conscientização em uma cidade, com o(a)s cidadãos/cidadãs, prefeito(a)s, gestores(a)s, professores(a)s, entre outros, com a finalidade de formar multiplicadores e multiplicadoras. No entanto, após a partida da equipe a resposta quanto a esse trabalho é “solta”. Não há um acompanhamento e controle sobre os efeitos do trabalho empenhado e das ações multiplicadoras. Deveria haver um relatório formal, mensal, com o número de multas, acidentes fatais ou não, entre outros para se desenhar periodicamente o que mudou e o que ainda precisa ser mudado. E, quanto à municipalização, o DETRAN, faz esse trabalho, apenas, nas cidades em que estão acordadas com o órgão. Assim, esperamos que os municípios que, ainda, não gerenciam seu próprio trânsito tomem a iniciativa de fazê-lo, para que haja uma diminuição do índice de violência no trânsito e apliquem as devidas multas sobre infrações no trânsito.

A metodologia utilizada foi suficiente para que pudéssemos ter um respaldo quanto as nossas inquietações em relação à atuação do(a) pedagogo(a) em ambientes não escolares. Sabemos que é de responsabilidade do(a) pedagogo(a) delimitar a sua área de atuação e buscar meios que o auxilie nos enfrentamentos dos obstáculos e desafios consideráveis a serem superados que emergem constantemente na cidade. Neste sentido, percebemos a importância dos saberes pedagógicos, a formação inicial e continuada para que o(a) pedagogo(a) venha, através de seu trabalho e suas mediações

nestes espaços educativos, contribuir de maneira significativa nas construções de novos saberes e nas suas interações com o(a)s demais profissionais nos locais que atuam.

Podemos concluir afirmando que o(a) pedagogo(a) é um(a) profissional capacitado(a), podendo contribuir, através, de seu trabalho e sua formação com a melhoria da educação na cidade, visando o pleno desenvolvimento dos indivíduos, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para as relações sociais, culturais, econômicas e políticas. E, neste sentido, pode oferecer uma contribuição importante com o processo de empoderamento individual e/ou coletivo dos seres humanos. Gadotti (2005) diz que a educação é fundamental para que os indivíduos tenham acesso ao conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade. Ou seja, percebemos que o(a) pedagogo(a) é um(a) profissional qualificado(a) e que tem capacidade para fornecer acesso à educação aos sujeitos, para que assim, estas pessoas possam adquirir a oportunidade de conhecer seus direitos e responsabilidades, enquanto cidadão(s)/cidadã(s) e obter consciência de que precisa mudar e transformar o mundo, estabelecendo com outras pessoas relações de reciprocidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. *A alegria de ensinar*. Campinas-SP: Papirus, 2000.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acessado em: 25/3/2016

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96*. Brasília, 20/12/1996.

BRASIL. *Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006*. Conselho Nacional de Educação. Conselho pleno. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf Acessado em: 25/1/2016

BRASIL. *Lei Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm Acessado em: 2/3/2016

CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS. Disponível em: <https://5cidade.files.wordpress.com/2008/04/cartacidadeseducadoras.pdf> Acessado em: 23/3/2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GADOTTI, Moacir. *A questão da educação Formal/não formal*. Suisse, 18 de outubro de 2005.

GADOTTI, Moacir. *A escola na cidade que educa*. Cadernos Cenpec 2006 n. 1, 2010.

GHIRALDELLI JR., Paulo. *O que é Pedagogia*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: *aval. Pol. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan/mar. 2006.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. *Meta: Avaliação* | Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. *An. 1 Congr. Intern. Pedagogia Social* Mar. 2006. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci_arttext Acessado em: 30/3/2016

LEITE, Ivonaldo. *O pedagogo e o cientista da educação*. Momento, Rio Grande 18:113-123. 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e Pedagogos, Para quê?* São Paulo: Cortez, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. *Ciência & Educação*, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v12n1/08.pdf> Acesso em 21/1/2016.

MORAES, Roque, GALIAZZI, Maria do Carmo. *Análise textual discursiva*. 2 ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013. (Coleção educação em ciências).

NASCIMENTO, Aretha Soares. *Pedagogia em Ação*, v.2,n,1,p.1-103,fev./jun.2010 – Semestral.

NERY, A. Modalidades organizativas do trabalho pedagógico: uma possibilidade. IN: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. (orgs). *Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

PAIVA, Renata Aparecida et al. A atuação do pedagogo em espaços não escolares: desafios e possibilidades. *Pedagogia em Ação*, v. 2, n. 1, p. 1-103, fev./jun. 2010 –

PINHEIRO et al. Educação para o Trânsito e Responsabilidade Social. Ana Lúcia da Fonseca Bragança Pinheiro; Gisele Castro Fontanella Pileggi; Ivanise Gaubeur; Rita Moura Fortes. *Anais do XXXIV COBENGE*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, Setembro de 2006.

TORRES, C. A. *A política da educação não formal na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
TERMO DE ANUÊNCIA

João Pessoa-PB, 21 de março de 2016.

Prezado Superintendente do Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba, Agamenon Vieira da Silva,

Com o objetivo de investigar sobre O papel do (a) pedagogo (a) na educação não escolar: reflexões sobre a educação no/para o trânsito do Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba e tendo como campo de pesquisa o Departamento de Divisão de Educação para o Trânsito, neste estabelecimento, solicitamos a colaboração e autorização desta superintendência coleta de dados por meio de vários instrumentos com finalidade de produção de Trabalho de Conclusão de Curso, para a graduação da UFPB. A pesquisa está sendo desenvolvida pelas pesquisadoras: Maria Salete da Silva, Milânia Avelino Barbosa e Rosângela Gomes de Lima Soares, sob orientação da Prof^a Doutora Rita Cristiana Barbosa, DE/CCHSA/UFPB. O objetivo da investigação foi analisar o trabalho desenvolvido pela pessoa, pedagoga, que atua no Departamento de Divisão de Educação de Trânsito e nossos objetivos específicos foram:

- Conhecer o trabalho pedagógico desenvolvido dentro da Divisão de Educação para o trânsito do DETRAN/PB;
- Verificar e analisar as potencialidades e fragilidades da atuação de uma pedagoga nesse espaço de educação não escolar.

Assim, a finalidade desta pesquisa é contribuir para a investigação do papel do pedagogo em ambientes não escolares, especificamente, no Departamento de Divisão para o Trânsito, no DETRAN/PB. Os dados serão coletados por meio de um Roteiro de Entrevista (anexo).

A participação na pesquisa será voluntária e, portanto, ninguém será obrigada/o a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso haja decisão de não participar do estudo, ou a qualquer momento desistir do mesmo, ninguém sofrerá nenhuma restrição ou dano. A pesquisadora responsável estará à disposição para esclarecimentos de quaisquer dúvidas durante todo o processo da pesquisa.

Solicito ainda a permissão para a realização de registros gravados, filmados e fotografados, em que a identidade de pessoas será resguardada, como também autorização para apresentação dos resultados deste estudo em eventos científicos e publicação de artigos em periódicos e outros meios científicos. Na apresentação e publicação dos resultados, todos os nomes próprios serão mantidos em sigilo.

Na certeza de contar com vossa atenção, apresento votos de estima e consideração.

(Assinatura do Superintendente do DETRAN/PB)

(Assinatura do/da pesquisador (a) participante ou Responsável Legal) Endereço/Local
de trabalho da participante da Pesquisa:

Centro de Educação/Universidade Federal da Paraíba-Campus I-João Pessoa Telefones

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: A atuação do Pedagogo em ambientes não escolares.

Nome do Pesquisador Principal ou Orientador (a): Professora Dr^a Rita Cristiana Barbosa.

Nome do(s) Pesquisadores assistentes/alunos: Maria Salete da Silva; Milânia Avelino Barbosa; Rosângela Gomes de Lima Soares.

1. **Natureza da pesquisa:** a Sra. está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como finalidade conhecer o trabalho do Pedagogo em ambientes não escolares.
2. **Participantes da pesquisa:** são 4 (quatro) participantes. A população alvo da pesquisa é a Sra. A. V, Coordenadora do Departamento de Educação de Trânsito do DETRAN (Departamento Estadual de Trânsito), em João Pessoa/PB.
3. **Envolvimento na pesquisa:** ao participar deste estudo a Sra. permitirá que a pesquisadora grave a entrevista. A sra (sr.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a Sra. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.
4. **Sobre as entrevistas:** serão realizadas algumas perguntas pertinentes ao trabalho proposto, as quais serão respondidas pela coordenadora e gravadas.
5. **Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.
6. **Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o (a) pesquisador (a) e o (a) orientador (a) terão conhecimento dos dados.

7. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa a Sra. não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre a importância da atuação do Pedagogo em ambientes não escolares, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa contribuir para o seu trabalho, onde pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.
8. **Pagamento:** a Sra. não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

Pesquisador Principal: Rita Cristiana Barbosa

Demais pesquisadores: Maria Salete da Silva. Telefone: (83) 98643-0510;

Milânia Avelino Barbosa. Telefone: (83) 98619-6113;

Rosângela Gomes de Lima Soares. Telefone: (83) 98851-1682.

Roteiro de entrevista

Dados pessoais:

Formação:

Tempo de serviço no DETRAN/PB:

1-Tempo de serviço no cargo de chefe do departamento: e como você desenvolve o seu trabalho no DETRAN/PB.

2-Como é realizado o planejamento dos vários tipos de campanhas em educação para o trânsito?

3-Quais são as dificuldades encontradas para a realização de suas atividades?

4-Como você enfrenta esses obstáculos?

5-Como é feita a organização para ir a campo?

6-O departamento é formado por quais profissionais?

7-Quais são os projetos desenvolvidos em seu departamento?

8-Em que sentido você considera que os projetos desenvolvidos pelo departamento contribuem para o desenvolvimento humano?

9-Qual a importância da educação do trânsito para a escola?

10-Qual o diferencial dessa educação para a cidade e para os cidadãos?

11-Qual a contribuição dos projetos para a melhoria do trânsito e da cidade?

12-Como o departamento acompanha os impactos de suas ações na sociedade?

13-Você tem experiência com a atuação em espaços escolares e não escolares? Fala sobre.

14-Como você avalia a atuação do pedagogo nesses dois espaços?

15-A instituição a qual você fez a sua graduação contribuiu para sua atuação hoje?

16-Qual a importância de sua atuação enquanto pedagogo (a) dentro do departamento de educação para o trânsito?